

C O N V E N Ç Ã O
ENTRE O REINO DA BÉLGICA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E REGULAR OUTRAS
QUESTÕES EM MATÉRIA DE IMPOSTOS
SOBRE A RENDA

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS

e

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DESEJOSOS de evitar a dupla tributação e de regular outras questões em matéria de impostos sobre a renda, decidiram concluir uma Convenção e nomearam para essa finalidade seus Plenipotenciários, a saber:

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS:

O Barão PATERNOTTE de LA VAILLÉE
Embaixador da Bélgica no Brasil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

O Senhor MARIO GIBSON BARBOZA
Ministro de Estado das Relações
Exteriores

OS QUAIS, após haverem trocado seus Plenos Poderes, encontrados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1

PESSOAS VISADAS

A presente Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2

IMPOSTOS VISADOS

1. Os impostos atuais aos quais se aplica a Convenção são:

a) no caso da Bélgica:

- o imposto de pessoas físicas;
- o imposto de sociedades;
- o imposto de pessoas jurídicas;
- o imposto de não-residentes;
incluindo os "précomptes" e os complementos de "précomptes", os décimos e centésimos adicionais a tais impostos e "précomptes", assim como a taxa comunal adicional ao imposto de pessoas físicas;
(doravante denominado "imposto belga")

b) no caso do Brasil:

- o imposto federal sobre a renda e proventos de qualquer natureza, com exclusão das incidências sobre remessas excedentes e atividades de menor importância;
(doravante denominado "imposto brasileiro")

2. A Convenção se aplicará também aos impostos futuros de natureza idêntica ou análoga que venham a acrescer aos impostos atuais ou a substituí-los.

ARTIGO 3

DEFINIÇÕES GERAIS

1. Na presente Convenção:
- a) o termo "Brasil", empregado num sentido geográfico, designa a República Federativa do Brasil;
 - b) o termo "Bélgica", empregado num sentido geográfico, designa o território do Reino da Bélgica, incluindo qualquer território fora da soberania nacional da Bélgica que é ou será designado, de acordo com a legislação belga sobre a plataforma continental e com o direito internacional, como território sobre o qual os direitos da Bélgica relativos ao solo e ao sub-solo do mar e aos seus recursos naturais possam ser exercidos;
 - c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam, segundo o contexto, a Bélgica ou o Brasil;
 - d) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;
 - e) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que é considerada como pessoa jurídica para fins tributários;
 - f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam respectivamente uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
 - g) a expressão "autoridade competente" designa:
 - 1) no Brasil:

o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

2) na Bélgica:

a autoridade competente segundo a legislação belga.

2. Para aplicação da Convenção por um Estado Contratante, qual quer expressão não definida de outro modo terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe é atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto da Convenção.

ARTIGO 4

DOMICÍLIO FISCAL

1. Na presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto, em razão de seu domicílio, de sua residência, de sua sede de direção ou de qualquer outro critério de natureza análoga; designa também as sociedades de direito belga - que não sejam sociedades por ações - que optarem pela sujeição de seus lucros ao imposto de pessoas físicas.

2. Quando, de acordo com a disposição do parágrafo 1, uma pessoa física for considerada como residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida de acordo com as seguintes regras:

- a) a referida pessoa será considerada como residente do Estado Contratante em que ela disponha de uma habitação permanente. Quando dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante com o qual mantenha ligações pessoais e econômicas mais estreitas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado Contratante em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante em que permanecer habitualmente;

- c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada como residente do Estado Contratante de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, de acordo com as disposições do parágrafo 1, uma pessoa que não seja uma pessoa física for considerada residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante em que estiver situada a sua sede de direção efetiva.

ARTIGO 5

ESTABELECIAMENTO PERMANENTE

1. Na presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" compreende especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;
- g) um canteiro de construção ou de montagem cuja duração exceda seis meses.

3. Um estabelecimento não será considerado permanente se:

- a) as instalações forem utilizadas unicamente para fins de

armazenagem, exposição ou entrega de mercadorias pertencentes à empresa;

- b) as mercadorias pertencentes à empresa forem armazenadas unicamente para fins de depósito, exposição ou entrega;
- c) as mercadorias pertencentes à empresa forem armazenadas unicamente para fins de transformação por uma outra empresa;
- d) uma instalação fixa de negócios for utilizada unicamente para fins de comprar mercadorias ou de reunir informações para a empresa;
- e) uma instalação fixa de negócios for utilizada pela empresa unicamente para fins de publicidade, de fornecimento de informações, de pesquisas científicas ou de atividades análogas que tenham um caráter preparatório ou auxiliar.

4. Uma pessoa que atuar num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante - desde que não seja um agente que goze de um status independente, indicado no parágrafo 5 - será considerada como "estabelecimento permanente" no primeiro Estado se tiver, e habitualmente exercer, nesse Estado, poderes para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que a atividade dessa pessoa seja limitada à compra de mercadorias para a empresa.

Todavia, uma empresa de seguros de um Estado Contratante será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante desde que, por intermédio de um representante não incluído entre as pessoas indicadas no parágrafo 5 abaixo, receba prêmios ou segure riscos no território do outro Estado.

5. Não se considerará que uma empresa de um Estado Contratante tem um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer sua atividade nesse Estado por intermédio de um

corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um status independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de sua atividade.

6. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça sua atividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento permanente, quer de outro modo) não será, por si só, suficiente para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

ARTIGO 6

RENDIMENTOS DE BENS IMOBILIÁRIOS

1. Os rendimentos provenientes de bens imobiliários são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. a) a expressão "bens imobiliários" é definida de acordo com o direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados;

b) a expressão "bens imobiliários" compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento utilizado nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade imobiliária, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos pela exploração ou concessão de exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplicar-se-á aos rendimentos provenientes da exploração direta, da locação ou arrendamento, assim como

de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplicar-se-á igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões liberais.

ARTIGO 7

LUCROS DAS EMPRESAS

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade desse modo, seus lucros poderão ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que o mesmo obteria se constituísse uma empresa distinta e separada que exercesse atividades idênticas ou similares em condições idênticas ou similares e transacionasse com absoluta independência com a empresa da qual é um estabelecimento permanente.

3. No cálculo dos lucros de um estabelecimento permanente será permitido deduzir as despesas feitas para a realização dos fins desse estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os gastos gerais de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato de esse estabelecimento permanente comprar mer-

mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem elementos de rendimentos tratados separadamente em outros artigos da presente Convenção, as disposições desses outros artigos não serão afetadas pelas disposições deste artigo.

ARTIGO 8

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AÉREA

1. Os lucros provenientes da exploração, no tráfego internacional, de navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

2. Se a sede da direção efetiva da empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, esta sede será considerada situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que residir a pessoa que explora o navio.

ARTIGO 9

EMPRESAS ASSOCIADAS

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participarem direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas, que

difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, poderão ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tal.

ARTIGO 10

DIVIDENDOS

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, os dividendos podem ser tributados no Estado Contratante de que for residente a sociedade que paga os dividendos e em conformidade com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos dividendos.

O disposto neste parágrafo não limitará a tributação da sociedade com referência aos lucros que deram origem aos dividendos pagos.

3. O termo "dividendos", usado neste artigo, designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outras partes beneficiárias, com exceção dos créditos, assim como os rendimentos de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação fiscal do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. Este termo designa igualmente os rendimentos - mesmo atribuídos sob a forma de juros - tributáveis a título de rendimentos de capitais investidos pelos associados nas sociedades que não forem sociedades por ações, residentes da Bélgica.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos dividendos, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que for residente a sociedade que paga os dividendos, um estabelecimento permanente a que estiver efetivamente ligada a participação que dá origem aos dividendos. Neste caso, serão aplicáveis as disposições do artigo 7.

5. Quando uma sociedade residente da Bélgica tiver um estabelecimento permanente no Brasil, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte em conformidade com a legislação brasileira, mas esse imposto não poderá exceder 15% do montante do lucro do estabelecimento permanente, determinado depois do pagamento do imposto sobre as sociedades, referente a esses lucros.

6. As limitações do imposto previstas nos parágrafos 2 e 5 não se aplicarão aos dividendos e lucros que forem pagos ou transferidos antes de primeiro de janeiro de 1976.

ARTIGO 11

JUROS

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm e em conformidade com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições do parágrafo 2:

a) os juros dos empréstimos e créditos concedidos pelo Governo de um Estado Contratante não serão tributados no Estado de que provêm os juros;

b) o imposto não poderá exceder a 10% no que se refere aos juros dos empréstimos e créditos concedidos, por um período mínimo de 7 anos, pelos estabelecimentos bancários com participação de um organismo público de financiamento especializado e ligados à venda de bens de equipamento ou ao estudo, à instalação ou ao fornecimento de complexos industriais ou científicos, assim como de obras públicas.

4. O termo "juros", usado neste artigo, designa os rendimentos de fundos públicos, de obrigações de empréstimos, acompanhadas ou não de garantias hipotecárias ou de uma cláusula de participação nos lucros, e de

créditos de qualquer natureza, bem como outros rendimentos que, pela legislação tributária do Estado de que provierem, sejam assemelhados aos rendimentos de importâncias emprestadas.

Este termo não compreende os juros assemelhados a dividendos pelo artigo 10, parágrafo 3, segunda frase, da presente Convenção.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos juros, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que provêm os juros, um estabelecimento permanente ao qual estiver efetivamente ligado o crédito que dá origem aos juros. Neste caso serão aplicadas as disposições do artigo 7.

6. A limitação estabelecida nos parágrafos 2 e 3 não se aplicará aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante, situada em um terceiro Estado.

7. Os juros serão considerados como provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma comunidade local ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente pelo qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e a quem cabe o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou que um ou outro mantêm com terceiros, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

ARTIGO 12

ROYALTIES

1. Os royalties provenientes de um Estado Contratante e pagos

devedor dos royalties, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver, num Estado Contratante, um estabelecimento permanente com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os royalties, e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses royalties, serão eles considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou que um e outro mantêm com terceiros, o montante dos royalties pagos, tendo em conta a prestação pela qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável conforme a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

ARTIGO 13

GANHOS DE CAPITAL

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, conforme são definidos no parágrafo 2 do artigo 6, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa que um residente de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão liberal, incluindo os ganhos provenientes da alienação global desse estabelecimento permanente (só ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis nesse outro Estado. Todavia, os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves explorados no tráfego internacional e de bens mobiliários vinculados à exploração de tais navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens ou direitos diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 14

PROFISSÕES INDEPENDENTES

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtém do exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades independentes de caráter análogo só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o pagamento dessas remunerações caiba a uma sociedade residente do outro Estado ou a um estabelecimento permanente aí situado. Nesse caso, esses rendimentos serão tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange em especial as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

ARTIGO 15

PROFISSÕES DEPENDENTES

1. Ressalvadas as disposições dos artigos 16, 18, 19, 20 e 21, os salários, ordenados e remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego assalariado só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações recebidas são tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1, as remunerações que um residente de um Estado Contratante receber em função de um emprego assalariado exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias no curso do ano fiscal considerado;
- b) as remunerações foram pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa que o empregador tiver no outro Estado.

Não obstante as disposições precedentes deste artigo, as remunerações relativas a um emprego assalariado exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave em tráfego internacional serão tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

ARTIGO 16

REMUNERAÇÕES DE DIREÇÃO

1. As remunerações de direção, os jetons de presença e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber na qualidade de membro do conselho de administração ou fiscal ou de um órgão similar de uma sociedade por ações, residente do outro Estado Contratante, são tributáveis nesse outro Estado. O mesmo ocorrerá com as remunerações de um sócio comanditário de uma sociedade em comndita por ações residente da Bélgica.

2. Todavia, as remunerações normais que as pessoas indicadas no parágrafo precedente receberam a outro título serão tributáveis, segundo o caso, nas condições previstas no artigo 14 ou no artigo 15, parágrafo 1, da presente Convenção.

ARTIGO 17

ARTISTAS E DESPORTISTAS

Não obstante as disposições dos artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos pelos profissionais de espetáculos, tais como artistas de teatro, de cinema, de rádio ou de televisão e os músicos, bem como os desportistas, pelo exercício, nessa qualidade, de suas atividades pessoais são tributáveis no Estado Contratante em que essas atividades forem exercidas.

ARTIGO 18

PENSÕES

1. Ressalvadas as disposições do artigo 19, as pensões, rendas e outras remunerações similares, pagas a um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego anterior, só são tributáveis nesse Estado.

2. O termo "rendas" empregado neste artigo designa uma quantia determinada paga periodicamente a prazo fixo, a título vitalício ou por período determinado ou determinável, em virtude de um compromisso de efetuar os pagamentos em contrapartida de uma prestação equivalente em dinheiro ou avaliável em dinheiro.

3. O termo "pensões" empregado neste artigo designa os pagamentos periódicos efetuados depois da aposentadoria em consequência de um emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos no exercício desse emprego anterior.

ARTIGO 19

REMUNERAÇÕES E PENSÕES PÚBLICAS

1. As remunerações, incluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas ou coletividades locais,

quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em decorrência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão política ou coletividade local, no exercício de funções públicas, só são tributáveis nesse Estado.

Essa disposição não se aplicará quando o beneficiário dos rendimentos possuir a nacionalidade do outro Estado Contratante sem possuir ao mesmo tempo a nacionalidade do primeiro Estado.

2. As disposições dos artigos 15, 16 e 18 serão aplicadas às remunerações ou pensões pagas em decorrência de serviços prestados no exercício de uma atividade comercial ou industrial exercida por um dos Estados Contratantes ou por uma de suas subdivisões políticas ou coletividades locais.

ARTIGO 20

PROFESSORES

Uma pessoa física residente de um Estado Contratante no início de sua permanência no outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do outro Estado Contratante, ou de uma universidade ou de um outro estabelecimento de ensino ou de pesquisas oficialmente reconhecido desse ou tro Estado, permanecer nesse último Estado principalmente com o fim de ensinar ou de dedicar-se a trabalhos de pesquisa, ou com ambos os fins, será isenta de imposto nesse último Estado durante um período não superior a dois anos a contar da data de sua chegada ao referido Estado, no que diz respeito às remunerações relacionadas com suas atividades de ensino ou pesquisa.

ARTIGO 21

ESTUDANTES E ESTAGIÁRIOS

As importâncias que um estudante ou um estagiário, que

for ou tiver sido anteriormente residente de um Estado Contratante e que permanecer no outro Estado Contratante com o único fim de aí prosseguir seus estudos ou sua formação, receber para cobrir as despesas de manutenção, estudos ou formação não são tributáveis nesse outro Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse outro Estado.

O mesmo se aplicará à remuneração que um estudante ou estagiário receber por um emprego exercido no Estado Contratante em que ele prossegue seus estudos ou sua formação, desde que a duração dessa atividade não ultrapasse três anos e que o montante anual dessa remuneração não ultrapasse 100.000 francos belgas ou seu equivalente em moeda brasileira.

ARTIGO 22

RENDIMENTOS NÃO EXPRESSAMENTE MENCIONADOS

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante não expressamente mencionados nos artigos precedentes da presente Convenção são tributáveis em ambos os Estados.

ARTIGO 23

REGRAS GERAIS DE TRIBUTAÇÃO

No caso do Brasil a dupla tributação será evitada da seguinte forma:

Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, em conformidade com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis na Bélgica, o Brasil concederá, na aplicação de seu imposto, um crédito equivalente ao imposto pago na Bélgica.

Todavia, o montante desse crédito não poderá exceder à fração do imposto brasileiro correspondente à participação desse rendimento no total dos rendimentos tributáveis no Brasil.

2. No caso da Bélgica, a dupla tributação será evitada da

seguinte forma:

I) Quando um residente da Bélgica receber rendimentos não indicados nos incisos II, III e IV deste parágrafo, que forem tributáveis no Brasil em conformidade com as disposições da presente Convenção, a Bélgica isentará esses rendimentos de imposto, mas poderá, para calcular o montante de seus impostos sobre o restante dos rendimentos desse residente, aplicar a mesma taxa que aplicaria se esses rendimentos não tivessem sido isentos;

II) a) no que concerne aos dividendos tributáveis em conformidade com o artigo 10, parágrafo 2, e não indicados no inciso III abaixo, os juros tributáveis em conformidade com o artigo 11, parágrafo 2, 3b ou 3, e os royalties tributáveis em conformidade com o artigo 12, parágrafos 2 ou 6, a Bélgica concederá, sobre o imposto belga devido pelo referido residente, uma dedução igual a 20% do montante bruto dos rendimentos acima mencionados que compuserem a base tributável em nome desse residente;

b) na eventualidade de o Brasil reduzir a carga fiscal normal aplicável aos rendimentos acima mencionados atribuídos a não-residentes, a uma alíquota inferior a 14% do montante bruto de tais rendimentos, a Bélgica reduziria de 20 para 15% a alíquota dessa dedução. No caso de o Brasil eliminar a mencionada carga fiscal, a Bélgica limitará em 5% a alíquota da dedução;

c) não obstante as disposições de sua legislação, a Bélgica concederá igualmente a dedução de 20% prevista na alínea a) acima, em relação aos rendimentos acima mencionados que são tributáveis no Brasil em virtude da Convenção e das disposições gerais da legislação brasileira, quando eles aí estiverem temporariamente isentos de imposto pelas disposições legais especiais destinadas a favorecer os investimentos necessários ao desenvolvimento da economia do Brasil. As autoridades competentes dos Estados Contratantes determinarão de comum acordo os rendimentos que se beneficiarão desta disposição.

III) a) Quando uma sociedade residente da Bélgica tiver a propriedade de ações ou partes de uma sociedade por ações, residente do Brasil e sujeita nesse Estado ao imposto sobre o rendimento de sociedade, os di

dividendos que lhe forem atribuídos por, esta última sociedade e que forem tributáveis no Brasil em conformidade com o artigo 13, parágrafo 2, ficarão isentos do imposto de sociedades na Bélgica, na medida em que essa isenção seria concedida se as duas sociedades fossem residentes da Bélgica; esta disposição não impede a cobrança sobre tais dividendos do précompte mobiliário exigível segundo a legislação belga;

b) Quando uma sociedade residente da Bélgica tiver tido durante todo o período do exercício social de uma sociedade por ações, residente do Brasil e sujeita ao imposto sobre a renda de sociedade nesse Estado, a propriedade exclusiva de ações ou partes desta última sociedade, ela ficará igualmente isenta do précompte mobiliário exigível em conformidade com a legislação belga sobre os dividendos de tais ações ou partes, com a condição de que faça o pedido por escrito até o término do prazo prescrito para a entrega de sua declaração anual; quando da redistribuição aos seus próprios acionistas desses dividendos isentos, estes não poderão ser deduzidos dos dividendos distribuídos passíveis do précompte mobiliário. Essa disposição não será aplicada quando a primeira sociedade tiver optado pela sujeição de seus lucros ao imposto de pessoas físicas.

Na eventualidade de as disposições da legislação belga que isentem do imposto de sociedades o montante líquido dos dividendos que uma sociedade residente da Bélgica receber de uma outra sociedade residente da Bélgica serem modificadas de maneira a limitar a isenção aos dividendos relativos à participação de uma importância determinada no capital da segunda sociedade, a disposição da alínea precedente aplicar-se-á somente aos dividendos atribuídos por sociedades residentes do Brasil e relativos a participações de mesma importância no capital das referidas sociedades.

Nesse caso, a dupla tributação dos dividendos que não se referem a tais participações será evitada como está indicado no inciso II.

IV) Os rendimentos que tiverem sido tributados no Brasil em conformidade com os artigos 13, parágrafo 3, ou 22 e que estejam compreendidos nos rendimentos passíveis do imposto belga ficarão sujeitos a esse imposto, em conformidade com as modalidades previstas pela legislação fiscal belga relativas aos rendimentos profissionais obtidos e tributados no exterior.

V) Quando, em conformidade com a legislação belga, perdas sofridas por uma empresa belga num estabelecimento permanente situado no Brasil forem efetivamente deduzidas dos lucros dessa empresa para sua tributação na Bélgica, a isenção prevista no inciso I não se aplicará na Bélgica aos lucros de outros exercícios tributáveis que sejam imputáveis a esse estabelecimento, na medida em que esses lucros tiverem também sido isentos de imposto no Brasil em razão de sua compensação com as referidas perdas.

ARTIGO 24

NÃO DISCRIMINAÇÃO

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente que seja diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado Contratante que se encontrem na mesma situação.

2. O termo "nacionais" designa:

(a) todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade de um Estado Contratante;

(b) todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas em conformidade com a legislação em vigor num Estado Contratante.

3. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante não será menos favorável do que a das empresas desse outro Estado Contratante que exercem a mesma atividade.

Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder às pessoas residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções de impostos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4. Salvo nos casos de aplicação dos artigos 9 e 11, parágrafos 1º e 2º, os juros pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para a determinação dos lucros tributáveis dessa empresa, nas mesmas condições que seriam se tivessem sido pagos a um residente do primeiro Estado.
5. As empresas de um Estado Contratante, cujo capital pertença ou for controlado, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, por uma ou várias pessoas residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado Contratante, a nenhuma tributação, ou obrigação correspondente, diversa ou mais onerosa do que aquela a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas da mesma natureza desse primeiro Estado Contratante.
6. O termo "tributação" designa neste artigo os impostos de qualquer natureza ou denominação.

ARTIGO 25

PROCEDIMENTO AMIGÁVEL

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pela legislação nacional desses Estados, dirigir à autoridade competente do Estado Contratante, de que é residente, uma petição escrita e fundamentada de revisão dessa tributação. A petição deverá ser apresentada dentro do prazo de dois anos a contar da notificação ou da percepção na fonte da tributação em desacordo com a Convenção ou, se houver dupla tributação, da segunda tributação.
2. A autoridade competente referida no parágrafo 1, se a reclamação se lhe apresentar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, e

fim de evitar uma tributação em desacordo com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, através de acordo amigável, por resolver as dificuldades ou dissipar as dúvidas a que possa dar lugar a aplicação da Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a acordo na forma indicada nos parágrafos anteriores. Se, para facilitar a realização desse acordo, se tornarem necessários entendimentos verbais, esses entendimentos poderão ser efetuados no âmbito de uma Comissão de representantes das autoridades competentes dos Estados Contratantes.

5. As autoridades competentes dos Estados Contratantes entender-se-ão a respeito das medidas administrativas necessárias à execução das disposições da Convenção e, particularmente, a respeito das justificativas a serem fornecidas pelos residentes de cada Estado para beneficiar-se no outro Estado das isenções ou reduções de impostos previstas na presente Convenção.

ARTIGO 26

TROCA DE INFORMAÇÕES

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção e as das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos pela Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista for conforme a Convenção. Todas as informações deste modo trocadas serão consideradas secretas e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção.

2. As disposições do parágrafo 1 não poderão, em caso algum, ser interpretadas no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

(a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua

legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

(b) de fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua própria legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou da do outro Estado Contratante;

(c) de transmitir informações reveladoras de um segredo comercial, industrial, profissional ou de um processo comercial ou informações cuja comunicação seria contrária à ordem pública.

ARTIGO 27

DIVERSOS

1. Sem prejuízo da aplicação do artigo 23, parágrafo 2, inciso III, b, as disposições da presente Convenção não limitarão as vantagens que a legislação de um Estado Contratante concede em matéria de impostos abrangidos no artigo 2.

2. Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ter como efeito limitar a tributação de uma sociedade residente da Bélgica, em caso de recompra de suas próprias ações ou partes ou na ocasião da partilha de seu haver social.

3. As disposições da presente Convenção não restringirão os privilégios fiscais de que se beneficiem os membros de missões diplomáticas e de postos consulares em virtude de normas gerais do Direito Internacional ou de disposições de acordos específicos.

4. Para os fins da presente Convenção, os membros de uma missão diplomática ou de um posto consular de um Estado Contratante acreditados no outro Estado Contratante ou em um terceiro Estado, que tenham a nacionalidade do Estado acreditante, serão considerados residentes do referido Estado se estiverem submetidos nesse Estado às mesmas obrigações, em

matéria de impostos sobre a renda, que os residentes desse Estado.

5. A Convenção não se aplica às organizações internacionais, a seus órgãos e funcionários, nem às pessoas que, membros de missões diplomáticas ou consulares de Estados terceiros, estejam presentes em um Estado Contratante e não sejam consideradas residentes de um dos Estados Contratantes no que diz respeito aos impostos sobre o rendimento.

6. Os Ministros da Fazenda dos Estados Contratantes ou seus representantes comunicar-se-ão diretamente para a aplicação da presente Convenção.

ARTIGO 28

ENTRADA EM VIGOR

1. A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Bruxelas, logo que possível.

2. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data da troca dos instrumentos de ratificação e suas disposições se aplicarão pela primeira vez:

(a) - aos impostos devidos por via de retenção na fonte cujo fato gerador ocorrer a partir de primeiro de janeiro do ano imediatamente posterior ao da troca dos instrumentos de ratificação;

(b) - aos outros impostos estabelecidos sobre os rendimentos de exercícios fiscais que terminem depois de 31 de dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação.

ARTIGO 29

DERROGAÇÃO

A presente Convenção permanecerá em vigor por tempo inde-

indeterminado. Todavia, cada Estado poderá, mediante um aviso prévio de seis meses, notificado por escrito e por via diplomática, denunciá-la para o fim de um ano civil, a partir do terceiro ano a contar da data de sua entrada em vigor.

Nesse caso, a Convenção aplicar-se-á pela última vez:

- (a) - no que diz respeito aos impostos cobrados por meio de retenção na fonte, aos impostos cujo fato gerador tenha ocorrido antes da expiração do ano civil no curso do qual a denúncia tenha sido notificada;
- (b) - no que concerne aos outros impostos, aos de exercícios fiscais encerrados antes de 31 de dezembro daquele ano.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os Plenipotenciários dos dois Estados assinaram a presente Convenção e nela apuseram seus respectivos selos.

FEITO em Brasília, aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois, em dois exemplares, em língua francesa, em língua neerlandesa e em língua portuguesa, os três textos fazendo igualmente fé.

PELO REINO DA BÉLGICA:

Robert de Villa

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

Francisco de Sá

PROTOCOLO FINAL

No momento de proceder à assinatura da Convenção Para Evitar a Dupla Tributação e Regular Outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda, concluída hoje entre o Reino da Bélgica e a República Federativa do Brasil, os Plenipotenciários abaixo-assinados convieram nas seguintes disposições, que formam parte integrante da Convenção.

1. Ad/Artigo 10, parágrafos 2 e 5.

Sem prejuízo da aplicação do artigo 10, parágrafos 2 e 5, quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos por essa sociedade às pessoas que forem residentes deste outro Estado, nem cobrar nenhum imposto, a título da tributação dos lucros não distribuídos, sobre os lucros não distribuídos da sociedade, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros distribuídos consistam no todo ou em parte em lucros ou em rendimentos provenientes desse outro Estado.

2. Ad/Artigo 13, parágrafo 3 e Artigo 14, parágrafo 1.

Na eventualidade de, posteriormente à assinatura da presente Convenção, o Brasil concluir com um terceiro Estado não situado na América Latina uma Convenção que limite - com relação aos rendimentos mencionados no artigo 13, parágrafo 3 e artigo 14, parágrafo 1 - o poder de tributação do outro Estado Contratante que não seja aquele em que for residente o beneficiário dos rendimentos, uma limitação idêntica seria automaticamente aplicada às relações entre a Bélgica e o Brasil.

3. Ad/Artigo 24, parágrafo 4.

Na eventualidade de, posteriormente à assinatura da Con-

Convenção, o Brasil admitir que os royalties pagos por uma sociedade residente do Brasil a uma sociedade residente de um terceiro Estado, não situado na América Latina, que detenha uma participação de pelo menos 50% do capital da referida sociedade residente do Brasil, sejam deduzidos em virtude da determinação do lucro dessa sociedade tributável no Brasil, uma dedução idêntica seria automaticamente aplicada nas relações entre uma sociedade residente da Bélgica e uma sociedade residente do Brasil que se encontrem na mesma situação.

4. Ad/Artigo 24.

Estas disposições não impedirão a Bélgica:

- (a) - de tributar o residente do Brasil que disponha de uma habitação na Bélgica sobre um montante mínimo de rendimento igual a duas vezes o rendimento cadastral dessa habitação;
- (b) - de tributar globalmente os lucros atribuídos ao estabelecimento permanente de que dispõe na Bélgica uma sociedade residente do Brasil ou um agrupamento de pessoas que tenham sua sede de direção efetiva nesse Estado, à taxa fixada pela legislação belga, com a condição de que essa taxa não exceda, no principal, a taxa máxima aplicável ao conjunto ou a uma fração dos lucros das sociedades residentes da Bélgica.

FEITO em Brasília, aos vinte e três dias do mês de junho de 1972, em dois exemplares, nas línguas francesa, neerlandesa e portuguesa, os três textos fazendo igualmente fé.

PELO REINO DA BÉLGICA:

Robert De La () Me

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

[Handwritten signature]

11.01.1970

CONVENTION ENTRE LE ROYAUME DE BELGIQUE ET LA REPUBLIQUE FEDERATIVE
DU BRESIL, EN VUE D'EVITER LES DOUBLES IMPOSITIONS ET DE REGLER
CERTAINES AUTRES QUESTIONS EN MATIERE D'IMPOTS SUR LE REVENU

SA MAJESTE LE ROI DES BELGES

ET

LE PRESIDENT DE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL,

DESIREUX d'éviter les doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu, ont décidé de conclure une Convention et ont nommé à cet effet pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

SA MAJESTE LE ROI DES BELGES:

Le Baron PATERNOTTE de LA VAILLEE

Ambassadeur de Belgique au Brésil

LE PRESIDENT DE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL:

Monsieur MARIO GIBSON BARBOZA

Ministre d'Etat des Relations Extérieures

LESQUELS, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE 1

PERSONNES VISÉES

La présente convention s'applique aux personnes qui sont des résidents d'un Etat contractant ou de chacun des deux Etats.

ARTICLE 2

IMPOTS VISÉS

1. Les impôts actuels auxquels s'applique la convention sont:

a) pour la Belgique:

- l'impôt des personnes physiques;
- l'impôt des sociétés;
- l'impôt des personnes morales;
- l'impôt des non-résidents,

y compris les précomptes et les compléments de précomptes, les décimes et centimes additionnels auxdits impôts et précomptes ainsi que la taxe communale additionnelle à l'impôt des personnes physiques

(ci-après dénommés "l'impôt belge");

b) pour le Brésil:

- l'impôt fédéral sur le revenu et les profits de toute nature, à l'exclusion de l'impôt sur les transferts excédentaires et sur les activités de moindre importance

(ci-après dénommé "l'impôt brésilien").

2. La convention s'appliquera aussi aux impôts futurs de nature identique ou analogue qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou qui les remplaceraient.

ARTICLE 3

DEFINITIONS GENERALES

1. Dans la présente convention:

- a) le terme "Brésil", employé dans un sens géographique, désigne la République Fédérative du Brésil;
- b) le terme "Belgique", employé dans un sens géographique, désigne le territoire du Royaume de Belgique; il inclut tout territoire en dehors de la souveraineté nationale de la Belgique qui est ou sera désigné, selon la législation belge sur le plateau continental et conformément au droit international, comme territoire sur lequel les droits de la Belgique à l'égard du sol et du sous-sol de la mer et de leurs ressources naturelles peuvent être exercés;
- c) les expressions "un Etat contractant" et "l'autre Etat contractant", désignent, suivant le contexte, le Brésil ou la Belgique;
- d) le terme "personne" comprend une personne physique, une société et tout autre groupement de personnes;
- e) le terme "société" désigne toute personne morale ou toute entité qui est considérée comme une personne morale aux fins d'imposition;
- f) les expressions "entreprise d'un Etat contractant" et "entreprise de l'autre Etat contractant" désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un Etat contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre Etat contractant;
- g) l'expression "autorité compétente" désigne:
 - 1) au Brésil:

Le Ministre des Finances, le Secrétaire de la Recette Fédérale ou leurs représentants autorisés;

2) en Belgique:

L'autorité compétente suivant la législation belge.

2. Pour l'application de la convention par un Etat contractant, toute expression qui n'est pas autrement définie a le sens qui lui est attribué par la législation dudit Etat régissant les impôts faisant l'objet de la convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente.

ARTICLE 4

DOMICILE FISCAL

1. Au sens de la présente convention, l'expression "résident d'un Etat contractant" désigne toute personne qui, en vertu de la législation dudit Etat, est assujettie à l'impôt dans cet Etat, en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue; elle désigne aussi les sociétés de droit belge - autres que les sociétés par actions - qui ont opté pour l'assujettissement de leurs bénéficiaires à l'impôt des personnes physiques.

2. Lorsque, selon la disposition du paragraphe 1, une personne physique est considérée comme résident de chacun des Etats contractants, le cas est résolu d'après les règles suivantes:

- a) Cette personne est considérée comme résident de l'Etat contractant où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent. Lorsqu'elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans chacun des Etats contractants, elle est considérée comme résident de l'Etat contractant avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);
- b) Si l'Etat contractant où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou si elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans

aucun des Etats contractants, elle est considérée comme résident de l'Etat contractant où elle séjourne de façon habituelle;

- c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans chacun des Etats contractants ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme résident de l'Etat contractant dont elle possède la nationalité;
- d) Si cette personne possède la nationalité de chacun des Etats contractants ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des Etats contractants tranchent la question d'un commun accord.

3. Lorsque, selon la disposition du paragraphe 1, une personne autre qu'une personne physique est considérée comme résident de chacun des Etats contractants, elle est réputée résident de l'Etat contractant où se trouve son siège de direction effective.

ARTICLE 5

ETABLISSEMENT STABLE

1. Au sens de la présente convention, l'expression "établissement stable" désigne une installation fixe d'affaires où l'entreprise exerce toute ou partie de son activité.

2. L'expression "établissement stable" comprend notamment:
- a) un siège de direction;
 - b) une succursale;
 - c) un bureau;
 - d) une usine;
 - e) un atelier;
 - f) une mine, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles;

g) un chantier de construction ou de montage dont la durée dépasse six mois.

3. On ne considère pas qu'il y a établissement stable si:

a) il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de marchandises appartenant à l'entreprise;

b) des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;

c) des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;

d) une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise;

e) une installation fixe d'affaires est utilisée, pour l'entreprise, aux seules fins de publicité, de fourniture d'informations, de recherches scientifiques ou d'activités analogues qui ont un caractère préparatoire, ou auxiliaire.

4. Une personne agissant dans un Etat contractant pour le compte d'une entreprise de l'autre Etat contractant - autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant visé au paragraphe 5 - est considérée comme "établissement stable" dans le premier Etat si elle dispose dans cet Etat de pouvoirs qu'elle y exerce habituellement lui permettant de conclure des contrats au nom de l'entreprise, à moins que l'activité de cette personne ne soit limitée à l'achat de marchandises pour l'entreprise.

Toutefois une entreprise d'assurances d'un Etat contractant est considérée comme ayant un établissement stable dans l'autre Etat contractant dès l'instant que, par l'intermédiaire d'un représentant n'entrant pas dans la catégorie des personnes visées au paragraphe 5 ci-après, elle perçoit des primes sur le territoire de ce dernier Etat ou assure des

risques situés sur ce territoire.

5. On ne considère pas qu'une entreprise d'un Etat contractant a un établissement stable dans l'autre Etat contractant du seul fait qu'elle y exerce son activité par l'entremise d'un courtier, d'un commissionnaire général ou de tout autre intermédiaire jouissant d'un statut indépendant, à condition que ces personnes agissent dans le cadre ordinaire de leur activité.

6. Le fait qu'une société résidente d'un Etat contractant contrôle ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre Etat contractant ou qui y exerce son activité (que ce soit par l'intermédiaire d'un établissement stable ou non) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une quelconque de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

ARTICLE 6

REVENUS IMMOBILIERS

1. Les revenus provenant de biens immobiliers sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. a) L'expression "biens immobiliers" est définie conformément au droit de l'Etat contractant où les biens considérés sont situés.

b) Cette expression englobe en tous cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immobiliers et les droits à des redevances variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles; les navires, bateaux et aéronefs ne sont pas considérés comme biens immobiliers.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus provenant de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant des biens immobiliers d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession libérale.

ARTICLE 7

BENEFICES DES ENTREPRISES

1. Les bénéfices d'une entreprise d'un Etat contractant ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Si l'entreprise exerce son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre Etat mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables audit établissement stable.

2. Lorsqu'une entreprise d'un Etat contractant exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque Etat contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte et séparée exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il constitue un établissement stable.

3. Dans le calcul des bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses exposées aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés.

4. Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du fait que cet établissement stable a simplement acheté des marchandises pour l'entreprise.

5. Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu

traités séparément dans d'autres articles de la présente convention, les dispositions de ces articles ne sont pas affectées par les dispositions du présent article.

ARTICLE 8

NAVIGATION MARITIME ET AERIENNE

1. Les bénéfices provenant de l'exploitation, en trafic international, de navires ou d'aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

2. Si le siège de la direction effective d'une entreprise de navigation maritime est à bord d'un navire, ce siège sera réputé situé dans l'Etat contractant où se trouve le port d'attache de ce navire ou, à défaut de port d'attache, dans l'Etat contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

ARTICLE 9

ENTREPRISES ASSOCIEES

Lorsque

a) une entreprise d'un Etat contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre Etat contractant, ou que

b) les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un Etat contractant et d'une entreprise de l'autre Etat contractant, et que, dans l'un et l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions acceptées ou imposées, qui diffèrent de celles qui seraient conclues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été obtenus par l'une des entreprises mais n'ont pu l'être en fait à cau-

cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

ARTICLE 10

DIVIDENDES

1. Les dividendes payés par une société résidente d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans et autre Etat.

2. Toutefois, les dividendes peuvent être imposés dans l'Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 p.100 du montant brut des dividendes.

Les dispositions du présent paragraphe ne limitent pas l'imposition de la société sur les bénéfices qui servent au paiement des dividendes.

3. Le terme "dividendes" employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateurs ou autres parts bénéficiaires, à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales soumis au même régime que les revenus d'actions par la législation fiscale de l'Etat dont la société distributrice est un résident. Ce terme désigne également les revenus - même attribués sous la forme d'intérêts - imposables au titre de revenus de capitaux investis par les associés dans les sociétés autres que les sociétés par actions, résidentes de la Belgique.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des dividendes, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, un établissement stable auquel se rattache effectivement la participation génératrice des dividendes. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

5. Lorsqu'une société résidente de la Belgique a un établissement stable au Brésil, cet établissement peut y être assujéti à un impôt retenu à la source conformément à la législation brésilienne, mais cet impôt ne peut excéder 15 p.100 du montant du bénéfice de l'établissement stable, déterminé après le paiement de l'impôt sur les sociétés afférent audit bénéfice.

6. Les limitations du taux de l'impôt prévues aux paragraphes 2 et 5 ne s'appliqueront pas aux dividendes et bénéfices qui seront payés ou transférés avant le 1er janvier 1976.

ARTICLE 11

INTERETS

1. Les intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces intérêts peuvent être imposés dans l'Etat contractant d'où ils proviennent et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 p.100 du montant brut des intérêts.

3. Par dérogation aux dispositions du paragraphe 2:

- a) les intérêts des prêts et crédits consentis par le gouvernement d'un Etat contractant ne sont pas imposés dans l'Etat d'où proviennent les intérêts;
- b) le taux de l'impôt ne peut excéder 10 p.100 en ce qui concerne les intérêts des prêts et crédits consentis, pour une durée minimale de 7 ans, par des établissements bancaires avec la participation d'un organisme public de financement spécialisé et liés à la vente de biens d'équipement ou à l'étude, à l'installation ou à la fourniture d'ensembles industriels, ou scientifiques ainsi que d'ouvrages publics.

4. Le terme "intérêts" employé dans le présent article désigne les revenus des fonds publics, des obligations d'emprunts, assorties ou non de garanties hypothécaires ou d'une clause de participation aux bénéfices, et des créances de toute nature, ainsi que tous autres produits assimilés aux revenus de sommes prêtées par la législation fiscale de l'Etat d'où proviennent les revenus.

Ce terme ne comprend pas les intérêts assimilés à des dividendes par l'article 10, paragraphe 3 deuxième phrase, de la présente convention.

5. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des intérêts, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les intérêts, un établissement stable auquel se rattache effectivement la créance génératrice des intérêts. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

6. La limitation prévue aux paragraphes 2 et 3 ne s'applique pas aux intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un établissement stable d'une entreprise de l'autre Etat contractant qui est situé dans un Etat tiers.

7. Les intérêts sont considérés comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, qu'il soit ou non résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable pour lequel l'emprunt générateur des intérêts a été contracté et qui supporte la charge de ces intérêts, lesdits intérêts sont réputés provenir de l'Etat contractant où l'établissement stable est situé.

8. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des intérêts payés, compte tenu de la créance pour laquelle ils sont versés, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable conformément à la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions

dispositions de la présente convention.

ARTICLE 12

REDEVANCES

1. Les redevances provenant d'un Etat contractant et payées à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces redevances peuvent être imposées dans l'Etat contractant dont elles proviennent et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder:

- a) 10 p.100 du montant brut des redevances payées soit pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une oeuvre littéraire, artistique ou scientifique, soit pour l'usage ou la concession de l'usage de films cinématographiques, de films ou de bandes de télévision ou de radiodiffusion produits par un résident de l'un des deux Etats contractants;
- b) 25 p.100 du montant brut des redevances payées pour l'usage d'une marque de fabrique ou de commerce;
- c) 15 p.100 dans les autres cas.

3. Le terme "redevances" employé dans le présent article désigne les rémunérations de toute nature payées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une oeuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques et les films ou bandes de télévision ou de radiodiffusion, d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets, ainsi que pour l'usage ou la concession de l'usage d'un équipement industriel, commercial ou scientifique et pour des informations ayant trait à une expérience acquise dans le domaine industriel, commercial ou scientifique.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent

pas lorsque le bénéficiaire des redevances, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances, un établissement stable auquel se rattache effectivement le droit ou le bien générateur des redevances. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

5. Les redevances sont considérées comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une de ses subdivisions politiques, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a, dans un Etat contractant, un établissement stable pour lequel il a contracté l'obligation de payer les redevances et que cet établissement stable supporte la charge de ces redevances, lesdites redevances sont considérées comme provenant de l'Etat contractant où l'établissement stable est situé.

6. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des redevances payées, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont versées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable conformément à la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente convention.

ARTICLE 13

GAINS EN CAPITAL

1. Les gains provenant de l'aliénation des biens immobiliers, tels qu'ils sont définis au paragraphe 2 de l'article 6, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers faisant partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat

pas lorsque le bénéficiaire des redevances, résident d'un Etat contractant, a, dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances, un établissement stable auquel se rattache effectivement le droit ou le bien générateur des redevances. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

5. Les redevances sont considérées comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une de ses subdivisions politiques, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a, dans un Etat contractant, un établissement stable pour lequel il a contracté l'obligation de payer les redevances et que cet établissement stable supporte la charge de ces redevances, lesdites redevances sont considérées comme provenant de l'Etat contractant où l'établissement stable est situé.

6. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des redevances payées, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont versées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable conformément à la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente convention.

ARTICLE 13

GAINS EN CAPITAL

1. Les gains provenant de l'aliénation des biens immobiliers, tels qu'ils sont définis au paragraphe 2 de l'article 6, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers faisant partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat

Etat contractant a dans l'autre Etat contractant, ou de biens mobiliers constitutifs d'une base fixe dont un résident d'un Etat contractant dispose dans l'autre Etat contractant pour l'exercice d'une profession libérale, y compris de tels gains provenant de l'aliénation globale de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre Etat. Toutefois, les gains provenant de l'aliénation de navires ou d'aéronefs exploités en trafic international et de biens mobiliers affectés à l'exploitation desdits navires ou aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

3. Les gains provenant de l'aliénation de tous biens ou droits autres que ceux qui sont mentionnés aux paragraphes 1 et 2 sont imposables dans les deux Etats contractants.

ARTICLE 14

PROFESSIONS INDEPENDANTES

1. Les revenus qu'un résident d'un Etat contractant tire d'une profession libérale ou d'autres activités indépendantes de caractère analogue ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que la charge de ces rémunérations ne soit supportée par une société résidente de l'autre Etat ou par un établissement stable y situé. Dans ce cas, ces revenus sont imposables dans cet autre Etat.

2. L'expression "profession libérale" comprend en particulier les activités indépendantes d'ordre scientifique, technique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

ARTICLE 15

PROFESSIONS DEPENDANTES

1. Sous réserve des dispositions des articles 16, 18, 19, 20

et 21 les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre Etat contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre Etat.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre Etat contractant ne sont imposables que dans le premier Etat si:

- a) le bénéficiaire séjourne dans l'autre Etat pendant une période ou des périodes n'excédant pas au total 183 jours au cours de l'année fiscale considérée;
- b) les rémunérations sont payées par un employeur ou au nom d'un employeur qui n'est pas résident de l'autre Etat; et
- c) la charge des rémunérations n'est pas supportée par un établissement stable ou une base fixe que l'employeur a dans l'autre Etat.

3. Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, les rémunérations au titre d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef en trafic international sont imposables dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

ARTICLE 16

TANTIEMES

1. Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de surveillance ou d'un organe analogue d'une société par actions, résidente de l'autre Etat contractant, sont imposables dans cet autre Etat. Il en est de même des rémunérations

d'un associé commandité d'une société en commandite par actions résidente de la Belgique.

2. Toutefois, les rémunérations normales que les intéressés touchent en une autre qualité sont imposables, suivant le cas, dans les conditions prévues soit à l'article 14, soit à l'article 15, § 1, de la présente convention.

ARTICLE 17

ARTISTES ET SPORTIFS

Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus que les professionnels du spectacle, tels les artistes de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision et les musiciens, ainsi que les sportifs, retirent de leurs activités personnelles en cette qualité sont imposables dans l'Etat contractant où ces activités sont exercées.

ARTICLE 18

PENSIONS

1. Sous réserve des dispositions de l'article 19, les pensions, rentes et autres rémunérations similaires, versées à un résident d'un Etat contractant au titre d'un emploi antérieur ne sont imposables que dans cet Etat.

2. Le terme "rentes" employé dans le présent article désigne une somme déterminée payée périodiquement, à échéance fixe, à titre viager ou pendant une période déterminée ou déterminable, en vertu d'un engagement d'effectuer les paiements en contrepartie d'une prestation équivalente en argent ou évaluable en argent.

3. Le terme "pensions" employé dans le présent article désigne les paiements périodiques effectués après la retraite en considération d'un emploi antérieur ou à titre de compensation de dommages subis dans le cadre de cet emploi antérieur.

ARTICLE 19

REMUNERATIONS ET PENSIONS PUBLIQUES

1. Les rémunérations, y compris les pensions, versées par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales, soit directement soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique au titre de services rendus à cet Etat ou à cette subdivision politique ou collectivité locale, dans l'exercice de fonctions de caractère public, ne sont imposables que dans cet Etat.

Cette disposition ne s'applique pas lorsque le bénéficiaire de ces revenus possède la nationalité de l'autre Etat contractant sans posséder en même temps la nationalité du premier Etat.

2. Les dispositions des articles 15, 16 et 18 s'appliquent aux rémunérations ou pensions versées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité commerciale ou industrielle exercée par l'un des Etats contractants ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales.

ARTICLE 20

PROFESSEURS

Une personne physique qui est un résident d'un Etat contractant au début de son séjour dans l'autre Etat contractant et qui, sur l'invitation du gouvernement de l'autre Etat contractant, ou d'une université ou d'un autre établissement d'enseignement ou de recherche officiellement reconnu de cet autre Etat, séjourne dans ce dernier Etat principalement dans le but d'enseigner ou de se livrer à des travaux de recherche, ou dans l'un et l'autre de ces buts, est exonérée d'impôts dans ce dernier Etat pendant une période n'excédant pas deux années à compter de la date de son arrivée dans ledit Etat à raison des rémunérations reçues au titre de ces activités d'enseignement ou de recherche.

ARTICLE 21

ETUDIANTS ET STAGIAIRES

Les sommes qu'un étudiant ou un stagiaire qui est, ou qui était auparavant, un résident d'un Etat contractant et qui séjourne dans l'autre Etat contractant à seule fin d'y poursuivre ses études ou sa formation, reçoit pour couvrir ses frais d'entretien, d'études ou de formation ne sont pas imposables dans cet autre Etat, à condition qu'elles proviennent de sources situées en dehors de cet autre Etat.

Il en est de même de la rémunération qu'un tel étudiant ou stagiaire reçoit au titre d'un emploi exercé dans l'Etat contractant où il poursuit ses études ou sa formation, à condition que la durée de cette activité ne dépasse pas trois années et que le montant annuel de cette rémunération ne dépasse pas 100.000 francs belges ou son équivalent en monnaie brésilienne.

ARTICLE 22

REVENUS NON EXPRESSEMENT MENTIONNES

Les éléments du revenu d'un résident d'un Etat contractant qui ne sont pas expressément mentionnés dans les articles précédents de la présente convention sont imposables dans les deux Etats.

ARTICLE 23

REGLES GENERALES D'IMPOSITION

1. En ce qui concerne le Brésil, la double imposition est évitée de la manière suivante:

Lorsqu'un résident du Brésil reçoit un revenu qui est imposable en Belgique conformément aux dispositions de la présente conven-

convention, le Brésil accorde pour l'application de son impôt un crédit équivalent à l'impôt payé en Belgique.

Toutefois, le montant de ce crédit ne peut excéder la fraction de l'impôt brésilien calculée selon la proportion de ce revenu par rapport à l'ensemble des revenus imposables au Brésil.

2. En ce qui concerne la Belgique, la double imposition est évitée de la manière suivante:

1°) Lorsqu'un résident de la Belgique reçoit des revenus non visés sub 2°, 3° et 4° ci-après, qui sont imposables au Brésil conformément aux dispositions de la convention, la Belgique exempte ces revenus de l'impôt, mais elle peut, pour calculer le montant de ses impôts sur le reste du revenu de ce résident, appliquer le même taux que si les revenus en question n'avaient pas été exemptés.

2°) a) En ce qui concerne les dividendes imposables conformément à l'article 10, paragraphe 2, et non visés sub 3° ci-après, les intérêts imposables conformément à l'article 11, paragraphes 2, 3 b ou 8 et les redevances imposables conformément à l'article 12, paragraphes 2 ou 6, la Belgique accorde sur l'impôt belge dû par ledit résident une déduction égale à 20 p.100 du montant brut des revenus susvisés qui est compris dans la base imposable au nom de ce résident.

b) Dans l'éventualité où le Brésil réduirait la charge fiscale normale applicable aux revenus susvisés attribués à des non-résidents, à un taux inférieur à 14 p.100 du montant brut de ces revenus, la Belgique réduirait de 20 à 15 p.100 le taux de cette déduction; dans le cas où le Brésil éliminerait ladite charge fiscale, la Belgique limiterait à 5 p.100 le taux de cette déduction.

c) Par dérogation aux dispositions de sa législation,

la Belgique accorde également la déduction de 20 p.100 prévue à l'alinéa a) à raison des revenus suvisés qui sont imposables au Brésil en vertu de la convention et des dispositions générales de la législation brésilienne, lorsqu'ils y sont temporairement exemptés d'impôt par des dispositions légales particulières tendant à favoriser les investissements nécessaires au développement de l'économie du Brésil. Les autorités compétentes des Etats contractants déterminent d'un commun accord les revenus à admettre au bénéfice de cette disposition.

- 3°) a) Lorsqu'une société résidente de la Belgique a la propriété d'actions ou parts d'une société par actions, résidente du Brésil et soumise dans cet Etat à l'impôt sur le revenu des sociétés, les dividendes qui lui sont attribués par cette dernière société et qui sont imposables au Brésil conformément à l'article 10, paragraphe 2, sont exemptés de l'impôt des sociétés en Belgique, dans la mesure où cette exemption serait accordée si les deux sociétés étaient résidentes de la Belgique; cette disposition n'exclut pas le prélèvement sur ces dividendes du précompte mobilier exigible suivant la législation belge.
- b) Lorsqu'une société résidente de la Belgique a eu pendant toute la durée de l'exercice social d'une société par actions, résidente du Brésil et soumise à l'impôt sur le revenu des sociétés dans cet Etat, la propriété exclusive d'actions ou parts de cette dernière société, elle est également exemptée du précompte mobilier exigible suivant la législation belge sur les dividendes de ces actions ou parts, à la condition d'en faire la demande par écrit au plus tard dans le délai prescrit pour la remise de sa déclaration annuelle; lors de la re-

redistribution à ses propres actionnaires de ces dividendes ainsi exemptés, ceux-ci ne peuvent être déduits des dividendes distribués passibles du précompte mobilier. Cette disposition n'est pas applicable lorsque la première société a opté pour l'assujettissement de ses bénéfices à l'impôt des personnes physiques.

Dans l'éventualité où les dispositions de la législation belge, exemptant de l'impôt des sociétés le montant net des dividendes qu'une société résidente de la Belgique reçoit d'une autre société résidente de la Belgique, seraient modifiées de manière à limiter l'exemption aux dividendes afférents à des participations d'une importance déterminée dans le capital de la seconde société, la disposition de l'alinéa précédent ne s'appliquera qu'aux dividendes attribués par des sociétés résidentes du Brésil et afférents à des participations de même importance dans le capital desdites sociétés.

Dans cette éventualité, la double imposition des dividendes ne se rapportant pas à de telles participations sera évitée comme il est indiqué sub 2°.

- 4°) Les revenus qui ont été imposés au Brésil conformément aux articles 13, paragraphe 3, ou 22 et qui sont compris dans les revenus passibles de l'impôt belge sont soumis à cet impôt suivant les modalités prévues par la législation fiscale belge en ce qui concerne les revenus professionnels réalisés et imposés à l'étranger.
- 5°) Lorsque, conformément à la législation belge, des pertes subies par une entreprise belge dans un établissement stable situé au Brésil ont été effectivement déduites des bénéfices de cette entreprise pour son imposition en Belgique, l'exemption prévue sub 1° ne s'applique pas en Belgique aux bénéfices d'autres périodes

imposables qui sont imputables à cet établissement, dans la mesure où ces bénéficiaires ont aussi été exemptés d'impôt au Brésil en raison de leur compensation avec lesdites pertes.

ARTICLE 24

NON - DISCRIMINATION

1. Les nationaux d'un Etat contractant ne sont soumis dans l'autre Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet autre Etat se trouvant dans la même situation.

2. Le terme "nationaux" désigne:

- a) toutes les personnes physiques qui possèdent la nationalité d'un Etat contractant;
- b) toutes les personnes morales, sociétés de personnes et associations constituées conformément à la législation en vigueur dans un Etat contractant.

3. L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant n'est pas établie dans cet autre Etat d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre Etat qui exercent la même activité.

Cette disposition ne peut être interprétée comme obligeant un Etat contractant à accorder aux résidents de l'autre Etat contractant les déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de famille qu'il accorde à ses propres résidents.

4. Sauf en cas d'application des articles 9 et 11, paragraphe 8, les intérêts payés par une entreprise d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont déductibles, pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, dans les mêmes conditions que s'ils avaient été payés à un résident du premier Etat.

5. Les entreprises d'un Etat contractant, dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant, ne sont soumises dans le premier Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujetties les autres entreprises de même nature de ce premier Etat.

6. Le terme "imposition" désigne dans le présent article les impôts de toute nature ou dénomination.

ARTICLE 25

PROCEDURE AMIABLE

1. Lorsqu'un résident d'un Etat contractant estime que les mesures prises par un Etat contractant ou par chacun des deux Etats entraînent ou entraîneront pour lui une imposition non conforme à la présente convention, il peut, sans préjudice des recours prévus par la législation nationale de ces Etats, adresser à l'autorité compétente de l'Etat contractant dont il est un résident, une demande écrite et motivée de révision de cette imposition. Pour être recevable, ladite demande doit être présentée dans un délai de deux ans à compter de la notification ou de la perception à la source de l'imposition non conforme à la convention ou, s'il y a double imposition, de la seconde imposition.

2. L'autorité compétente visée au paragraphe 1 s'efforce, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'apporter une solution satisfaisante, de régler la question par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre Etat contractant, en vue d'éviter une imposition non conforme à la convention.

3. Les autorités compétentes des Etats contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels peut donner lieu l'application de la convention.

4. Les autorités compétentes des Etats contractants peuvent

communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord comme il est indiqué aux paragraphes précédents. Si des échanges de vues oraux semblent devoir faciliter cet accord, ces échanges de vues peuvent avoir lieu au sein d'une Commission composée de représentants des autorités compétentes des Etats contractants.

5. Les autorités compétentes des Etats contractants se concertent au sujet des mesures administratives nécessaires à l'exécution des dispositions de la convention et notamment au sujet des justifications à fournir par les résidents de chaque Etat pour bénéficier dans l'autre Etat des exemptions ou réductions d'impôts prévues à cette convention.

ARTICLE 26

ECHANGE DE RENSEIGNEMENTS

1. Les autorités compétentes des Etats contractants échangeront les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente convention et celles des lois internes des Etats contractants relatives aux impôts visés par la convention dans la mesure où l'imposition qu'elles prévoient est conforme à la convention. Tout renseignement ainsi échangé sera tenu secret et ne pourra être communiqué qu'aux personnes ou autorités chargées de l'établissement ou du recouvrement des impôts visés par la présente convention.

2. Les dispositions du paragraphe 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à l'un des Etats contractants l'obligation:

- a) de prendre des dispositions administratives dérogeant à sa propre législation ou à sa pratique administrative ou à celles de l'autre Etat contractant;
- b) de fournir des renseignements qui ne pourraient être

obtenus sur la base de sa propre législation ou dans le cadre de sa pratique administrative normale ou de celles de l'autre Etat contractant;

- c) de transmettre des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

ARTICLE 27

DIVERS

1. Sans préjudice de l'application de l'article 23, paragraphe 2, 3^o b, les dispositions de la présente convention ne limitent pas les avantages que la législation d'un Etat contractant accorde en matière d'impôts visés à l'article 2.

2. Aucune disposition de la présente convention ne peut avoir pour effet de limiter l'imposition d'une société résidente de la Belgique en cas de rachat de ses propres actions ou parts ou à l'occasion du partage de son avoir social.

Les dispositions de la présente convention ne portent pas atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les membres des missions diplomatiques et des postes consulaires en vertu soit des règles générales du droit des gens, soit des dispositions d'accords particuliers.

4. Aux fins de la présente convention, les membres d'une mission diplomatique ou d'un poste consulaire d'un Etat contractant accrédités dans l'autre Etat contractant ou dans un Etat tiers, qui ont la nationalité de l'Etat accréditant, sont réputés être résidents dudit Etat s'ils y sont soumis aux mêmes obligations, en matière d'impôts sur le revenu, que les résidents de cet Etat.

5. La convention ne s'applique pas aux organisations internationales, à leurs organes et fonctionnaires, ni aux personnes qui, membres de missions diplomatiques ou consulaires d'Etats tiers, sont présentes dans

un Etat contractant et ne sont pas considérées comme résidentes de l'un ou l'autre Etat contractant au regard des impôts sur le revenu.

6. Les Ministres des Finances des Etats contractants ou leurs délégués communiquent directement entre eux pour l'application de la présente convention.

ARTICLE 28

ENTREE EN VIGUEUR

1. La présente convention sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés à Bruxelles, dès que possible.

2. Elle entrera en vigueur le trentième jour qui suivra l'échange des instruments de ratification et ses dispositions s'appliqueront pour la première fois:

- a) aux impôts perçus par voie de retenue à la source dont le fait générateur se produit à partir du premier janvier de l'année qui suit immédiatement l'échange des instruments de ratification;
- b) aux autres impôts établis sur des revenus de périodes imposables prenant fin à partir du 31 décembre de l'année de l'échange des instruments de ratification.

ARTICLE 29

DENONCIATION

La présente convention restera indéfiniment en vigueur. Toutefois, chaque Etat pourra, moyennant un préavis de six mois notifié par écrit et par la voie diplomatique, la dénoncer pour la fin d'une année civile, à partir de la troisième année à compter de la date de son entrée en vigueur.

Dans ce cas, la convention s'appliquera pour la dernière

fois:

- a) en ce qui concerne les impôts perçus par voie de retenue à la source, aux impôts dont le fait générateur se produira avant l'expiration de l'année civile au cours de laquelle la dénonciation aura été notifiée;
- b) en ce qui concerne les autres impôts, pour l'imposition des revenus de périodes imposables prenant fin avant le 31 décembre de cette année.

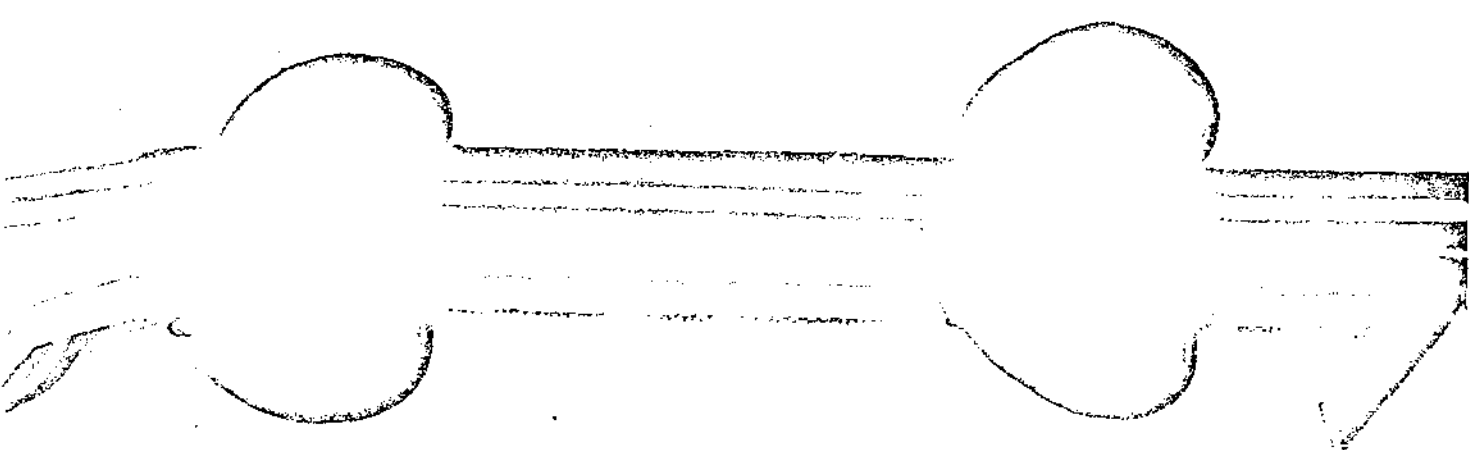
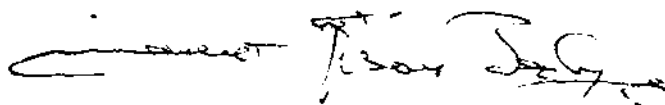
EN FOI DE QUOI, les Plénipotentiaires des deux Etats ont signé la présente Convention et y ont apposé leurs sceaux.

FAIT à Brasília, le vingt-trois juin 1972, en double exemplaire, en langue française, en langue néerlandaise et en langue portugaise, les trois textes faisant également foi.

POUR LE ROYAUME DE BELGIQUE:



POUR LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL:



PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de la convention en vue d'éviter des doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu, conclue ce jour entre le Royaume de Belgique et la République Fédérative du Brésil, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus des dispositions suivantes qui forment partie in tégrante de cette convention.

1. Ad/Article 10, paragraphes 2 et 5.

Sans préjudice de l'application de l'article 10, paragraphes 2 et 5, lorsqu'une société résidente d'un Etat contractant reçoit des bénéfices ou des revenus de l'autre Etat contractant, cet autre Etat ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes payés par cette société aux personnes qui ne sont pas des résidents de cet autre Etat, ni prélever au cun impôt, au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre Etat.

2. Ad/Article 13, paragraphe 3 et Article 14, paragraphe 1.

Dans l'éventualité où postérieurement à la signature de la présente convention, le Brésil conclurait avec un Etat tiers non situé en Amérique Latine une convention limitant - pour les revenus visés aux articles 13, paragraphe 3 et 14, paragraphe 1 - le pouvoir d'imposition de l'Etat contractant autre que celui dont le bénéficiaire des revenus est un résident, une limitation identique serait automatiquement appliquée dans les relations entre le Brésil et la Belgique.

3. Ad/Article 24, paragraphe 4.

Dans l'éventualité où, postérieurement à la signature de la convention, le Brésil admettrait que les redevances payées par une société résidente du Brésil à une société résidente d'un Etat tiers non situé en Amérique Latine, détenant une participation d'au moins 50 p.100 du capital de ladite société résidente du Brésil soient déduites en vue de la détermination du bénéfice de cette société imposable au Brésil, une déduction identique serait automatiquement appliquée dans les relations entre une société résidente du Brésil et une société résidente de la Belgique se trouvant dans la même situation.

4. Ad/Article 24.

Cette disposition n'empêche pas la Belgique:

- a) d'imposer le résident du Brésil qui dispose d'une habitation en Belgique sur un montant minimal de revenu égal à deux fois le revenu cadastral de cette habitation;
- b) d'imposer globalement les bénéfices imposables à l'établissement stable dont dispose en Belgique une société résidente du Brésil ou un groupement de personnes ayant son siège de direction effective dans cet Etat, au taux fixé par la législation belge, à condition que ce taux n'excède pas, en principal, le taux maximal applicable à l'ensemble ou à une fraction des bénéfices des sociétés résidentes de la Belgique.

FAIT à Brasília, le vingt-trois juin 1972, en double exemplaire, en langue française, en langue néerlandaise et en langue portugaise, les trois textes faisant également foi.

POUR LE ROYAUME DE BELGIQUE:

POUR LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL:

Robert H. de L. de L.

Américo José de Sá

O V E R E E N K O M S T

TUSSEN

HET KONINKRIJK BELGIE EN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK BRAZILIE

tot het vermijden van dubbele belasting en tot regeling van sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen.

ZIJNE MAJESTEIT DE KONING DER BELGEN

en

DE PRESIDENT VAN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK BRAZILIE

WENSBINDE dubbele belasting te vermijden en sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen te regelen, hebben besloten een Overeenkomst te sluiten en hebben te dien einde tot hun Gevolmachtigden benoemd, te weten :

ZIJNE MAJESTEIT DE KONING DER BELGEN

Baron PATHELOTTE de LA VAILLÉE
Ambassadeur van België in Brazilië

DE PRESIDENT VAN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK BRAZILIE :

De Heer MARIO GIBSON BARBOSA
Minister van Buitenlandse Betrekkingen

DIE, na hun in goede en behoorlijke vorm bevonden volmachten te hebben uitgewisseld, als volgt zijn overeengekomen :

ARTIKEL 1

PERSONEN OP WIE DE OVEREENKOMST VAN TOEPASSING IS

Deze overeenkomst is van toepassing op personen die verblijfhouder zijn van een overeenkomstsluitende Staat of van beide overeenkomstsluitende Staten.

ARTIKEL 2

BELASTINGEN WAAROP DE OVEREENKOMST VAN TOEPASSING IS

1. De bestaande belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, zijn :

a) voor België :

- de personenbelasting;
- de vennootschapsbelasting;
- de rechtspersonenbelasting;
- de belasting der niet-verblijfhouders

met inbegrip van de voorheffingen en aanvullende voorheffingen, de opdecimen en opcentiemen op de hierboven vermelde belastingen en voorheffingen, alsmede de aanvullende gemeentebelasting op de personenbelasting.

(hierna te noemen "Belgische belasting").

b) voor Brazilië :

- de federale belasting op het inkomen en de baten van alle aard, met uitzondering van de belasting op bovenmatige winstuitdelingen en op werkzaamheden van gering belang.

(hierna de "Braziliaanse belasting").

2. De Overeenkomst zal ook van toepassing zijn op alle gelijke of in wezen gelijksoortige belastingen die in de toekomst naast of in de plaats van de bestaande belastingen worden geheven.

ARTIKEL 3

ALGEMENE BESPISSEBEBALINGEN

1. In deze Overeenkomst :

- a) betekent de uitdrukking "België", in aardrijkskundig verband gebruikt, het grondgebied van het Koninkrijk België; zij omvat elk grondgebied buiten de nationale soevereiniteit van België, dat volgens de Belgische wetgeving betreffende het continentaal plat en in overeenstemming met het internationaal recht of zal worden aangeduid als een gebied waarin de rechten van België met betrekking tot de zeebodem en de ondergrond en de natuurlijke rijkdommen daarvan kunnen worden uitgeoefend;
- b) betekent de uitdrukking "Brazilië", in aardrijkskundig verband gebruikt, de Federatieve Republiek Brazilië;
- c) betekenen de uitdrukkingen "een overeenkomstsluitende Staat" en "de andere overeenkomstsluitende Staat" België of Brazilië, al naar het zinsverband vereist;
- d) omvat de uitdrukking "persoon" elke natuurlijke persoon, elke vennootschap en elke andere vereniging van personen;
- e) betekent de uitdrukking "vennootschap" elke rechtspersoon of elk lichaam dat voor de belastingheffing als een rechtspersoon wordt behandeld;
- f) betekenen de uitdrukkingen "onderneming van een overeenkomstsluitende Staat" en "onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat" onderscheidenlijk een onderneming gedreven door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat en een onderneming gedreven door een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- g) betekent de uitdrukking "bevoegde autoriteit" :

1. in België

de autoriteit die volgens de Belgische wet bevoegd is;

2. in Brazilië

de Minister van Financiën, de Secretaris van de Federale Ontvangsten of hun bevoegde vertegenwoordigers.

7. Voor de toepassing van de Overeenkomst door een overeenkomstsluitende Staat heeft, tenzij het zinsverband anders vereist, elke niet anders omschreven uitdrukking de betekenis welke die uitdrukking heeft volgens de wetten van die Staat met betrekking tot de belastingen die het onderwerp van de Overeenkomst uitmaken.

ARTIKEL 4

FISCALE WOONPLAATS

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst betekent de uitdrukking "verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat" iedere persoon die, ingevolge de wetten van die Staat, aldaar aan belasting is onderworpen op grond van zijn woonplaats, verblijf, plaats van leiding of enige andere soortgelijke omstandigheid; zij betekent ook elke vennootschap - niet zijnde een vennootschap op aandelen - naar Belgisch recht, die de aanslag van haar winsten in de personenbelasting heeft gekozen.

2. Indien een natuurlijke persoon ingevolge de bepaling van paragraaf 1 verblijfhouder van beide overeenkomstsluitende Staten is, gelden de volgende regels :

- a) hij wordt geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waar hij een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft. Indien hij in beide overeenkomstsluitende Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van een overeenkomstsluitende Staat waarmee zijn persoonlijke en economische betrekkingen het nauwst zijn (middenpunt van de levensbelangen);
- b) indien niet kan worden bepaald in welke overeenkomstsluitende Staat hij de middelpunt van zijn levensbelangen heeft, of indien hij in geen van de overeenkomstsluitende Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waar hij gewoonlijk verblijft;
- c) indien hij in beide overeenkomstsluitende Staten of in geen van beide gewoonlijk verblijft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarvan hij onderdaan is;
- d) indien hij onderdaan is van beide overeenkomstsluitende Staten of van geen van beide, regelen de bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming.

3. Indien een andere dan een natuurlijke persoon ingevolge de bepaling van paragraaf 1 verblijfhouder is van beide overeenkomstsluitende Staten, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van zijn werkelijke leiding is gelegen.

ARTIKEL 5

VASTE INRICHTING

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst betekent de uitdrukking "vaste inrichting" een vaste bedrijfsinrichting waarin de onderneming haar werkzaamheden geheel of gedeeltelijk uitoefent.

2. De uitdrukking "vaste inrichting" omvat in het bijzonder :

- a) een plaats waar leiding wordt gegeven;
- b) een filiaal;
- c) een kantoor;
- d) een fabriek;
- e) een werkplaats;
- f) een mijn, een steengroeve of enige andere plaats waar natuurlijke rijkdommen worden gewonnen;
- g) de plaats van uitvoering van een bouwwerk of van constructiewerkzaamheden waarvan de duur zes maanden overschrijdt.

3. Een vaste inrichting wordt niet aanwezig geacht indien:

- a) gebruik wordt gemaakt van inrichtingen, uitsluitend voor de opslag, uitstalling of aflevering van aan de onderneming toebehorende goederen;
- b) een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen wordt aangehouden, uitsluitend voor de omslag, uitstalling of aflevering;
- c) een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen wordt aangehouden, uitsluitend voor de bewerking of verwerking door een andere onderneming;
- d) een vaste bedrijfsinrichting wordt aangehouden, uitsluitend om voor de onderneming goederen aan te kopen of inrichtingen in te winnen;

e) een vaste bedrijfsinrichting wordt aangehouden, uitsluitend voor reclamedoeleinden, voor het geven van inlichtingen, voor wetenschappelijk onderzoek of voor soortgelijke werkzaamheden ten behoeve van de onderneming, die van voorbereidende aard zijn of het karakter van hulpwerkzaamheden hebben.

4. Een persoon - niet zijnde een onafhankelijke vertegenwoordiger in de zin van paragraaf 5 - die in een overeenkomstsluitende Staat voor een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat werkzaam is, wordt als een in de eerstbedoelde Staat vaste inrichting beschouwd, indien hij in die Staat een machtiging bezit om namens de onderneming overeenkomsten af te sluiten en dit recht aldaar gewoonlijk uitoefent, tenzij de werkzaamheden van die persoon beperkt blijven tot de aankoop van goederen voor de onderneming.

Een verzekeringsonderneming van een overeenkomstsluitende Staat wordt evenwel geacht in de andere overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting te hebben zodra zij op het grondgebied van de laatstgenoemde Staat premies int of op dat grondgebied gelegen risico's verzekert door bemiddeling van een vertegenwoordiger die niet behoort tot de in paragraaf 5 hierna bedoelde categorie van personen.

5. Een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat wordt niet geacht een vaste inrichting in de andere overeenkomstsluitende Staat te bezitten op grond van de enkele omstandigheid dat zij aldaar zaken doet door middel van een makelaar, een algemeen commissionair of enige andere onafhankelijke vertegenwoordiger, op voorwaarde dat deze personen in de normale uitoefening van hun bedrijf handelen.

6. De enkele omstandigheid dat een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, een vennootschap beheerst of door een vennootschap wordt beheerst, die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat of die in die andere Staat zaken doet (hetzij met behulp van een vaste inrichting hetzij op andere wijze), stempelt een van beide vennootschappen niet tot een vaste inrichting van de andere.

2. Indien een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent met behulp van een aldaar gevestigde vaste inrichting, worden in elke overeenkomstsluitende Staat aan die vaste inrichting de winsten toegerekend die zij zou kunnen behalen indien zij een onafhankelijke en zelfstandige onderneming zou zijn, die dezelfde of soortgelijke werkzaamheden zou uitoefenen onder dezelfde of soortgelijke omstandigheden en die met de onderneming waarvan zij een vaste inrichting uitmaakt geheel onafhankelijk zou handelen.

3. Bij het bepalen van de winsten van een vaste inrichting worden in aftrek toegelaten kosten, daaronder begrepen kosten van leiding en algemene beheerskosten, die ten behoeve van de vaste inrichting zijn gemaakt.

4. Geen winsten worden aan een vaste inrichting toegerekend enkel op grond van aankoop door die vaste inrichting van goederen voor de onderneming.

5. Indien in de winsten inkomstenbestanddelen zijn begrepen die afzonderlijk in andere artikelen van deze Overeenkomst worden behandeld, worden de bepalingen van die artikelen niet aangetast door de bepalingen van dit artikel.

ARTIKEL 9

ZEEVAART EN LUCHTVAART

1. Winsten uit de exploitatie van schepen of luchtvaartuigen in internationaal verkeer zijn slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

2. Indien de plaats van de werkelijke leiding van een zeescheepvaartonderneming zich aan boord van een schip bevindt, wordt deze plaats geacht te zijn gelegen in de overeenkomstsluitende Staat waar het schip zijn thuishaven heeft, of, indien er geen thuishaven is, in de overeenkomstsluitende Staat waarvan de exploitant van het schip verblijfhouder is.

ARTIKEL 9

ONDERLING AFHANKELIJKE ONDERNEMINGEN

Indien

- a) een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat onmiddellijk of middellijk deelneemt aan de leiding van, aan het toezicht op, dan wel in het kapitaal van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat, of
- b) dezelfde personen onmiddellijk of middellijk deelnemen aan de leiding van, aan het toezicht op, dan wel in het kapitaal van een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat en van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat,

en in het ene of in het andere geval tussen beide ondernemingen in hun handelsbetrekkingen of financiële betrekkingen, voorwaarden worden aangevaard of opgelegd die afwijken van die welke zouden worden overeengekomen tussen onafhankelijke ondernemingen, mogen winsten, welke een van de ondernemingen zonder deze voorwaarden zou hebben behaald maar ten gevolge van die voorwaarden niet heeft behaald, worden begrepen in de winsten van die onderneming en dienovereenkomstig worden belast.

ARTIKEL 10

DIVIDENDEN

1. Dividenden betaald door een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat, zijn in die andere Staat belastbaar.

2. De dividenden mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap die de dividenden betaalt verblijfhouder is, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 15 t.h. van het brutobedrag der dividenden.

De bepalingen van deze paragraaf laten onverlet de belastingheffing van de vennootschap ter zake van de winsten waaruit de dividenden worden betaald.

3. De uitdrukking "dividenden", zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit aandelen, winstaandelen of winstbewijzen, mijnaandelen, oprichtersaandelen of andere rechten op een aandeel in de winst, met uitzondering van schuldvorderingen, alsmede inkomsten uit andere rechten in vennootschappen die, volgens de belastingwetgeving van de Staat waarvan de uitkerende vennootschap verblijfhouder is, op dezelfde wijze als inkomsten van aandelen worden belast. Deze uitdrukking omvat ook inkomsten - zelfs indien zij worden toegekend in de vorm van interest - die belastbaar zijn als inkomsten van belegde kapitalen van vennoten in andere vennootschappen dan op aandelen die verblijfhouder van België zijn.

4. De bepalingen van de paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genietter van de dividenden die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap die de dividenden betaalt verblijfhouder is, een vaste inrichting heeft waarmede het aandelenbezit uit hoofde waarvan de dividenden worden betaald, wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

5. Indien een vennootschap die verblijfhouder is van België, een vaste inrichting in Brazilië heeft, mag die vaste inrichting aldaar aan een bij de bron ingehouden belasting overeenkomstig de Braziliaanse wet worden onderworpen, maar die belasting mag niet hoger zijn dan 15 t.h. van het bedrag van de winst van de vaste inrichting, bepaald na betaling van de vennootschapsbelasting op die winst.

6. De in de paragrafen 2 en 5 gestelde beperkingen van het belastingtarief zijn niet van toepassing op dividenden en winsten die worden betaald of overgemaakt vóór 1 januari 1976.

ARTIKEL 11

INTEREST

1. Interest afkomstig uit de overeenkomstsluitende Staat en betaald aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat is in die andere Staat belastbaar.

2. Die interest mag echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit hij afkomstig is, volgens de wetgeving van die Staat worden

belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 15 t.h. van het brutobedrag van de interest.

3. In afwijking van de bepalingen van paragraaf 2 :

- a) wordt interest van leningen en kredieten die door de regering van een overeenkomstsluitende Staat worden toegestaan, niet belast in de Staat waaruit de interest afkomstig is;
- b) mag het tarief van de belasting niet hoger zijn dan 10 t.h. met betrekking tot interest van leningen en kredieten die voor een minimumduur van 7 jaren door bankinstellingen met de deelneming van een in financiering gespecialiseerd overheidslichaam worden toegestaan en verbonden zijn aan de verkoop van bedrijfsmiddelen of aan de studie in verband met, of aan de vestiging of de levering van complexen voor nijverheid of wetenschap, alsmede van openbare werken.

4. De uitdrukking "interest", zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten van overheidsfondsen, van obligaties, met of zonder hypothecaire waarborg of recht van deelneming in de winsten, en van schuldvorderingen van alle aard, alsmede alle andere opbrengsten die volgens de belastingwetgeving van de Staat waaruit de inkomsten zijn, met inkomsten van geleende gelden worden gelijkgesteld.

Deze uitdrukking omvat niet interest die ingevolge artikel 10, paragraaf 3, tweede zin, van deze overeenkomst met dividenden wordt gelijkgesteld.

5. De bepalingen van de paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing, indien de genietter van de interest die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de interest afkomstig is, een vaste inrichting heeft waarmede de schuldvordering die de interest oplevert wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

6. De in de paragrafen 2 en 3 gestelde beperking is niet van toepassing op interest die uit een overeenkomstsluitende Staat afkomstig is en aan een in een derde Staat gelegen vaste inrichting van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat wordt betaald.

7. Interest wordt geacht uit een overeenkomstsluitende Staat afkomstig te zijn, indien de schuldenaar die Staat zelf, een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan of een verblijfhouder van die Staat is. Indien evenwel de schuldenaar van de interest, ongeacht of hij verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft ten behoeve waarvan de lening die de interest voortbrengt werd aangegaan en die de last van die interest draagt, wordt die interest geacht afkomstig te zijn uit de overeenkomstsluitende Staat waar de vaste inrichting is gelegen.

8. Indien, ten gevolge van een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de schuldeiser of tussen hen beiden en derden, het bedrag van de betaalde interest, gelet op de schuldvordering waarvoor hij gestort is, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de schuldeiser zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatsbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval mag het daarboven uitgaande deel van de betalingen worden belast volgens de wetgeving van elke overeenkomstsluitende Staat en met inachtneming van de andere bepalingen van deze Overeenkomst.

ARTIKEL 12

ROYALTY'S

1. Royalty's afkomstig uit een overeenkomstsluitende Staat en betaald aan een verblijfhouder van een andere overeenkomstsluitende Staat zijn in die andere Staat belastbaar.

2. Die royalty's mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit zij afkomstig zijn, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan :

- a) 10 t.h. van het brutobedrag van royalty's die worden betaald of wel voor het gebruik of voor het recht van gebruik van een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap, of wel voor het gebruik of voor het recht van gebruik van bioscoopfilms, van films of banden voor televisie of radiuitzendingen, die zijn voortgebracht door een verblijfhouder van een van beide overeenkomstsluitende Staten;

- b) 25 t.h. van het brutobedrag van royalty's die worden betaald voor het gebruik van een fabrieks- of handelsmerk;
- c) 15 t.h. in de andere gevallen.

3. Het woord "royalty's", zoals gebezigd in dit artikel, betekent betalingen van elke aard als vergoeding voor het gebruik van of voor het recht van gebruik van, een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap, bioscoopfilms en films of banden voor televisie- en radiouitzendingen daaronder begrepen, van een octrooi, van een fabrieks- of handelsmerk, van een ontwerp of model, van een plan, van een geheim recept of werkwijze, dan wel voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van een nijverheids-, en handelsuitrusting of wetenschappelijke uitrusting en voor inlichtingen omtrent ervaringen op het gebied van nijverheid, handel of wetenschap.

4.- De bepalingen van de paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing, indien de genierter van de royalty's die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's afkomstig zijn, een vaste inrichting heeft waarmede het recht of het goed die de royalty's opleveren, wezenlijk zijn verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

5. Royalty's worden geacht uit een overeenkomstsluitende Staat afkomstig te zijn als de schuldenaar die Staat zelf, een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, of een verblijfhouder van die Staat is. Indien evenwel de schuldenaar van de royalty's, ongeacht of hij verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft ten behoeve waarvan hij de verplichting heeft aangegaan de royalty's te betalen, en de vaste inrichting de last van die royalty's draagt, worden die royalty's geacht afkomstig te zijn uit de overeenkomstsluitende Staat waar de vaste inrichting is gelegen.

6. Indien ten gevolge van een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de genierter of tussen hen beiden en derden het bedrag van de royalty's, gelet op de prestatie waarvoor zij worden betaald, hoger is dan datgene dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de genierter zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval mag het daarboven uitgaande deel van de betalingen worden belast volgens de wetgeving van elke overeenkomstsluitende Staat en met inachtneming van de andere bepalingen van deze Overeenkomst.

ARTIKEL 13

VERMOGENSWINSTEN

1. Winsten verkregen uit de vervreemding van onroerende goederen als omschreven in artikel 6, paragraaf 2, mogen worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar die goederen zijn gelegen.
2. Winsten verkregen uit de vervreemding van roerende goederen die deel uitmaken van het bedrijfsvermogen van een vaste inrichting die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, of van roerende goederen die behoren tot een vaste basis die een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat voor de uitoefening van een vrij beroep tot zijn beschikking heeft, daaronder begrepen winsten verkregen uit de globale vervreemding van de vaste inrichting (alleen of te zamen met de gehele onderneming) of van die vaste basis, mogen in die andere Staat worden belast. Winsten verkregen uit de vervreemding van schepen of luchtvaartuigen geëxploiteerd in internationaal verkeer en van roerende goederen die voor de exploitatie daarvan worden gebezigd, zijn evenwel slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.
3. Winsten verkregen uit de vervreemding van alle andere dan de in de paragrafen 1 en 2 vermelde goederen of rechten mogen in beide overeenkomstsluitende Staten worden belast.

ARTIKEL 14

ZELFSTANDIGE BEROEPEN

1. Inkomsten verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat uit de uitoefening van een vrij beroep of andere zelfstandige werkzaamheden van soortgelijke aard zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de last van die vergoedingen wordt gedragen door een vennootschap die verblijfhouder is van de andere Staat, of door een aldaar gelegen vaste inrichting. In dat geval mogen de inkomsten in die andere Staat worden belast.

2. De uitdrukking "vrij beroep" omvat in het bijzonder zelfstandige werkzaamheden op het gebied van wetenschap, techniek, letterkunde, opvoeding of onderwijs, alsmede de zelfstandige werkzaamheden van artsen, advocaten, ingenieurs, architecten, tandartsen en accountants.

ARTIKEL 15

NIET-ZELFSTANDIGE BEROEPEN

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van de artikelen 16, 18, 19, 20 en 21, zijn lonen, salarissen en andere, soortgelijke beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking slechts in die Staat belastbaar, tenzij de dienstbetrekking in de andere overeenkomstsluitende Staat wordt uitgeoefend. Indien de dienstbetrekking aldaar wordt uitgeoefend, mogen de ter zake daarvan verkregen beloningen in die andere Staat worden belast.

2. Niettegenstaande de bepalingen van paragraaf 1 zijn beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een in de andere overeenkomstsluitende Staat uitgeoefende dienstbetrekking slechts in de eerstbedoelde Staat belastbaar in dien :

- a) de genieter in de andere Staat verblijft tijdens een tijdvak of tijdvakken welke gedurende het belastingjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan;
- b) de beloningen worden betaald door of namens een werkgever die geen verblijfhouder van de andere Staat is ; en
- c) de last van de beloningen niet wordt gedragen door een vaste inrichting of een vaste basis, die de werkgever in de andere Staat heeft.

3. Niettegenstaande de voorafgaande bepalingen van dit artikel mogen beloningen ter zake van een dienstbetrekking uitgeoefend aan boord van een schip of van een luchtvaartuig in internationaal verkeer worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

ARTIKEL 16

TANTIËMES

1. Tantièmes, præntiegelden en andere, soortgelijke uitkeringen, door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat verkregen in zijn hoedanigheid van lid van de raad van beheer of van toezicht of van een gelijkaardig orgaan van een vennootschap op aandelen die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat, mogen in die Staat worden belast. Deze regeling is ook van toepassing op de beloningen van een gecommanditeerde vennoot in een vennootschap bij wijze van geldschieting op aandelen die verblijfhouder is van België.

2. Normale beloningen die de betrokkenen in een andere hoedanigheid verkrijgen zijn evenwel, naar het geval, overeenkomstig artikel 14 of overeenkomstig artikel 15, paragraaf 1, van deze Overeenkomst belastbaar.

ARTIKEL 17

ARTIESTEN EN SPORTBEOEFENAARS

Niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 14 en 15, mogen inkomsten die beroepsartiesten, zoals toneelspelers, film-, radio- of televisieartiesten en musici, alsmede sportbeoefenaars, als zodanig uit hun persoonlijke werkzaamheden verkrijgen, worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar die werkzaamheden worden verricht.

ARTIKEL 18

PENSIOENEN

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van artikel 19 zijn pensioenen, renten en andere, gelijksoortige beloningen, betaald aan een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een vroegere dienstbetrekking, slechts in die Staat belastbaar.

2. De uitdrukking "renten", zoals gebruikt in dit artikel, betekent een bepaald bedrag dat periodiek op een vaste vervaldag gedurende het leven of gedurende een bepaald of een te bepalen tijdvak wordt betaald, ingevolge een verbintenis tot het doen van betalingen, welke tegenover een gelijkwaardige prestatie in geld of geldswaarde staan.

5. De uitdrukking "pensioenen" zoals gebezigd in dit artikel, betekent periodieke betalingen gedaan na de oppensicenstelling ter zake van een vroegere dienstbetrekking of als vergoeding voor in het kader van deze vroegere dienstbetrekking bekomen letsel

ARTIKEL 19

OPENBARE BELONINGEN EN PENSIOENEN

1. Beloningen, daaronder begrepen pensioenen, door een overeenkomstsluitende Staat of door een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, of wel rechtstreeks of wel uit door hen in het leven geroepen fondsen betaald aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of aan dat staatkundig onderdeel of plaatselijke gemeenschap daarvan, in de uitoefening van overheidsfuncties, zijn slechts in die Staat belastbaar.

Deze bepaling is niet van toepassing indien de genietter van die inkomsten onderdaan is van de andere overeenkomstsluitende Staat en niet tevens onderdaan is van de eerstbedoelde Staat.

2. De bepalingen van de artikelen 15, 16 en 18 zijn van toepassing op beloningen of pensioenen betaald ter zake van diensten verricht in verband met handels- of nijverheidsbedrijf uitgeoefend door een van de overeenkomstsluitende Staten of door een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan.

ARTIKEL 20

LERAREN

Een natuurlijke persoon die verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is bij het begin van zijn verblijf in de andere overeenkomstsluitende Staat en die op uitnodiging van de regering van de andere overeenkomstsluitende Staat of van een universiteit of een andere officieel erkende onderwijsinstelling of instelling voor onderzoek van die andere Staat, in de laatstbedoelde Staat hoofdzakelijk verblijf om onderwijs te geven of onderzoek te verrichten, of voor beide doeleinden, wordt in deze laatstbedoelde Staat gedurende een tijdvak van ten hoogste twee jaren te rekenen vanaf de datum van zijn aankomst in die Staat vrijgesteld van belastingen ter zake van de beloningen die hij voor die werkzaamheden op het gebied van onderwijs of onderzoek verkrijgt.

ARTIKEL 21

STUDENTEN, LEERLINGEN EN STAGIAIRS

Sommen ten behoeve van zijn onderhoud, onderwijs of opleiding ontvangen door een student, een leerling of een voor het bedrijfsleven opgeleid wordende persoon (stagiair) die verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of vroeger was en uitsluitend voor zijn onderwijs of zijn opleiding in de andere overeenkomstsluitende Staat verblijft, zijn in die andere Staat niet belastbaar, op voorwaarde dat die sommen afkomstig zijn uit bronnen buiten die andere Staat.

Dezelfde regeling is mede van toepassing op beloningen die zulk een student, leerling of stagiair ontvangt ter zake van een dienstbetrekking die hij uitoefent in de overeenkomstsluitende Staat waar hij zijn studies of opleiding voortzet, op voorwaarde dat de duur van de werkzaamheden geen drie jaren te boven gaat en het jaarlijkse bedrag van die beloningen niet hoger is dan 100.000 Belgische franken of de tegenwaarde daarvan in Braziliaanse munt.

ARTIKEL 22

NIET UITDRUKKELIJK VERMELDE INKOMSTEN

Bestanddelen van het inkomen van een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat die niet uitdrukkelijk in de voorgaande artikelen van deze overeenkomst zijn vermeld, mogen in beide Staten worden belast.

ARTIKEL 23

ALGEMENE REGELEN VOOR DE BELASTINGHEFFING

1. In Brazilië wordt dubbele belasting op de volgende wijze vermeden:

Indien een verblijfhouder van Brazilië een inkomen ontvangt dat volgens de bepalingen van deze overeenkomst in België belastbaar is, verleent Brazilië voor de toepassing van zijn belasting een vermindering die gelijkwaardig is aan de in België betaalde belasting.

Het bedrag van die vermindering mag evenwel niet hoger zijn dan het gedeelte van de Braziliaanse belasting dat tot die belasting in dezelfde verhouding staat, als dat inkomen staat tot het totaalbedrag van de in Brazilië belastbare inkomsten.

2. In België wordt dubbele belasting op de volgende wijze vermeden :

1^o Indien een verblijfhouder van België niet in 2^o, 3^o en 4^o hierna bedoelde inkomsten ontvangt die volgens de bepalingen van de overeenkomst in Brazilië belastbaar zijn, stelt België deze inkomsten vrij van belasting, maar om het bedrag van zijn belasting over het overige inkomen van die verblijfhouder te berekenen mag België hetzelfde tarief toepassen alsof die inkomsten niet waren vrijgesteld.

2^o a) Met betrekking tot dividenden die belastbaar zijn volgens artikel 10, paragraaf 2, en niet zijn bedoeld in 3^o hierna, interest die belastbaar is volgens artikel 11, paragrafen 2, 3b of 8, en royalty's die belastbaar zijn volgens artikel 12, paragrafen 2 en 6, verleent België op de door die verblijfhouder verschuldigde Belgische belasting een vermindering die gelijk is aan 20 t.h. van het brutobedrag van de bovengenoemde inkomsten dat begrepen is in de op naam van die verblijfhouder belastbare grondslag.

b) Ingeval Brazilië de normale belastingdruk op bovengenoemde inkomsten die aan niet verblijfhouders worden toegekend, zou verminderen tot een tarief dat lager is dan 14 t.h. van het brutobedrag van die inkomsten, zou België het tarief van die vermindering van 20 to 15 t.h. verlagen; ingeval Brazilië die belastingdruk zou opheffen, zou België het tarief van die vermindering tot 5 t.h. beperken.

c) In afwijking van de bepalingen van zijn wetgeving verleent België de in lid a) bedoelde vermindering van 20 t.h. ook uit hoofde van bovengenoemde inkomsten die in Brazilië belastbaar zijn op grond van de overeenkomst en van de algemene bepalingen van de Braziliaanse wetgeving, indien zij aldaar tijdelijk van belasting zijn vrijgesteld door bijzondere wettelijke bepalingen ter bevordering van de investeringen die nodig zijn voor de ontwikkeling van de Braziliaanse economie. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten bepalen in onderling overleg de inkomsten die van deze bepaling kunnen genieten.

- 3^o a) Indien een vennootschap die verblijfhouder is van België, aandelen of delen in eigendom bezit van een vennootschap op aandelen die verblijfhouder is van Brazilië en aldaar aan de belasting op het inkomen van vennootschappen is onderworpen, worden de dividenden die haar door deze laatste vennootschap worden toegekend en die in Brazilië overeenkomstig artikel 10, paragraaf 2 belastbaar zijn, in België van de vennootschapsbelasting vrijgesteld voor zover vrijstelling zou worden verleend indien beide vennootschappen verblijfhouder van België waren geweest; deze bepaling belet niet dat van die dividenden roerende voorheffing wordt geheven overeenkomstig de Belgische wetgeving.
- b) Indien een vennootschap die verblijfhouder is van België, gedurende het gehele boekjaar van een vennootschap op aandelen die verblijfhouder is van Brazilië en aldaar aan de belasting op het inkomen van vennootschappen is onderworpen, aandelen of delen van deze laatste vennootschap in uitsluitende eigendom heeft bezeten, wordt zij eveneens vrijgesteld van de roerende voorheffing welke volgens de Belgische wetgeving op de dividenden van die aandelen of delen is verschuldigd, op voorwaarde dat zij zulks schriftelijk aanvraagt ten laatste binnen de termijn waarin haar jaarlijkse aangifte moet worden ingediend; bij de wederuitkering van die aldus vrijgestelde dividenden aan haar eigen aandeelhouders mogen die dividenden niet in mindering worden gebracht van de aan de roerende voorheffing te onderwerpen uitgekeerde dividenden. Deze bepaling is niet van toepassing als de eerste vennootschap de aanslag van haar winsten in de personenbelasting heeft gekozen.

Ingeval de bepalingen van de Belgische wetgeving betreffende de vrijstelling van vennootschapsbelasting tot het nettobedrag van de dividenden die een vennootschap die verblijfhouder is van België, ontvangt van een andere vennootschap die verblijfhouder is van België, zodanig worden gewijzigd dat de vrijstelling wordt beperkt tot dividenden van deelnemingen van een bepaalde omvang in het kapitaal van de tweede vennootschap, zal de bepaling van vorig lid slechts van toepassing zijn op door vennootschappen die verblijfhouder zijn van Brazilië, toegekende dividenden, voor zover deze verband houden met deelnemingen van dezelfde omvang in het kapitaal van die vennootschappen.

In dat geval zal de belasting van dividenden die geen betrekking hebben op zulke deelnemingen, worden vermeden zoals aangeduid in 2^o.

- 4^e Inkomsten die in Brazilië volgens de artikelen 13, paragraaf 3, of 22 werden belast en begrepen zijn in de inkomsten die aan de Belgische belasting onderhevig zijn, worden aan die belasting onderworpen op de wijze als bepaald door de Belgische belastingwetgeving met betrekking tot in het buitenland verwezenlijkte en belaste bedrijfsinkomsten.
- 5^e Indien volgens de Belgische wetgeving verliezen, welke een onderneming van België in een in Brazilië gelegen vaste inrichting heeft geleden, voor de belastingheffing van die onderneming in België werkelijk in mindering van de winsten werden gebracht, is de vrijstelling volgens 1^e in België niet van toepassing op de winsten van andere belastbare tijdperken die aan die inrichting kunnen worden toegerekend, in de mate dat die winsten ook in Brazilië van belasting werden vrijgesteld wegens hun compensatie met die verliezen.

ARTIKEL 24

NON-DISCRIMINATIE

1. Onderdanen van een overeenkomstsluitende Staat worden in de andere overeenkomstsluitende Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmee verband houdende verplichting, die anders of drukkender is dan de belastingheffing en daarmee verband houdende verplichtingen, waaraan onderdanen van die Staat onder gelijke omstandigheden zijn of kunnen worden onderworpen.
2. De uitdrukking "onderdanen" betekent :
 - a.-alle natuurlijke personen die de nationaliteit van een overeenkomstsluitende Staat bezitten;
 - b.-alle rechtspersonen, personenvennootschappen en verenigingen opgericht overeenkomstig de wetgeving die van kracht is in een overeenkomstsluitende Staat.
3. De belastingheffing van een vaste inrichting die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, is in die andere Staat niet ongunstiger dan de belastingheffing van ondernemingen van die andere Staat die dezelfde werkzaamheden uitoefenen.

Deze bepaling mag niet aldus worden uitgelegd dat een overeenkomstsluitende Staat verplicht zou zijn aan verblijfhouders van de andere overeenkomstsluitende Staat de persoonlijke aftrekken, tegemoetkomingen en belastingverminderingen uit hoofde van gezinstoestand of -lasten te verlenen, die hij aan zijn eigen verblijfhouders verleent.

4. Behoudens het geval van toepassing van de artikelen 9 en 11, paragraaf 8, wordt interest die door een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat wordt betaald, voor de vaststelling van de belastbare winsten van die onderneming in mindering gebracht op dezelfde voorwaarden, alsof hij aan een verblijfhouder van de eerstbedoelde Staat zou zijn betaald.

5. Ondernemingen van een overeenkomstsluitende Staat waarvan het kapitaal geheel of ten dele onmiddellijk of middellijk in het bezit is van, of wordt beheerst door één of meer verblijfhouders van de andere overeenkomstsluitende Staat, worden in de eerstbedoelde Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmee verband houdende verplichting die anders of drukkender is dan de belastingheffing en daarmee verband houdende verplichtingen, waaraan andere, soortgelijke ondernemingen van die eerstbedoelde Staat zijn of kunnen worden onderworpen.

6. In dit artikel betekent de uitdrukking "belastingheffing" belastingen van elke soort en benaming.

ARTIKEL 25

REGELING VOOR ONDERLING OVERLEG

1. Indien een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat van oordeel is dat de maatregelen van een overeenkomstsluitende Staat of van beide Staten voor hem leiden of zullen leiden tot een belastingheffing die niet in overeenstemming is met deze Overeenkomst, kan hij, onverminderd de rechtmiddelen waarin de nationale wetgeving van die Staten voorziet, schriftelijk en met redenen omkleed verzoek om herziening van die belastingheffing richten aan de bevoegde autoriteit van de overeenkomstsluitende Staat waarvan hij verblijfhouder is. Om ontvankelijk te zijn moet dat verzoek worden ingediend binnen een termijn van twee jaren vanaf de betekening of de inning bij de bron van de belastingheffing die niet in overeenstemming met de Overeenkomst is of, indien er een dubbele belastingheffing is, van de tweede belastingheffing.

2. De in paragraaf 1 bedoelde bevoegde autoriteit tracht, indien het bezwaar haar gegrond voorkomt en indien zij niet zelf in staat is tot een bevredigende oplossing te komen, de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming met de bevoegde autoriteit van de andere overeenkomstsluitende Staat te regelen, ten einde een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de Overeenkomst te vermijden.

3. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten trachten moeilijkheden of twijfelpunten die mochten rijzen met betrekking tot de toepassing van de overeenkomst, in onderlinge overeenstemming op te lossen.

4. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten kunnen zich rechtstreeks met elkander in verbinding stellen om tot een akkoord te komen waarvan sprake is in de voorgaande paragrafen. Indien het voorkomt dat besprekingen het tot stand komen van dit akkoord zouden vergemakkelijken, kunnen die besprekingen worden gehouden in de schoot van een commissie die bestaat uit vertegenwoordigers van de bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten.

5. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten plegen overleg omtrent de administratieve maatregelen die voor de uitvoering van de bepalingen van de Overeenkomst nodig zijn en met name omtrent de bewijzen die de verblijfhouders van elke Staat moeten voorleggen om in de andere Staat de bij deze Overeenkomst vastgestelde belastingvrijstellingen of -verminderingen te genieten.

ARTIKEL 26

UITWISSELING VAN INLICHTINGEN

1. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten wisselen de inlichtingen uit die nodig zijn om uitvoering te geven aan de bepalingen van deze Overeenkomst en aan die van de nationale wetten van de overeenkomstsluitende Staten met betrekking tot de belastingen waarop deze Overeenkomst van toepassing is, voor zover de belastingheffing waarin deze voorzien in overeenstemming is met de Overeenkomst. Elke aldus bekomen inlichting moet geheim worden gehouden en mag slechts worden medegedeeld aan personen of autoriteiten die belast zijn met de vestiging of de invordering van de in deze Overeenkomst bedoelde belastingen.

3. In geen geval mogen de bepalingen van paragraaf 1 aldus worden uitgelegd, dat zij een van de overeenkomstsluitende Staten de verplichting opleggen :

- a) administratieve maatregelen te nemen welke afwijken van zijn eigen wetgeving of van zijn administratieve praktijk of van die van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- b) bijzonderheden te verstrekken die niet verkrijgbaar zouden zijn volgens zijn eigen wetgeving of binnen het raam van zijn normale administratieve praktijk of die van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- c) inlichtingen te verstrekken, die een handels-, bedrijfs-, nijverheids- of beroepsgheim of een handelswerkwijze zouden onthullen, dan wel inlichtingen waarvan het verstrekken in strijd zou zijn met de openbare orde.

ARTIKEL 27

VARIA

1. Onverminderd de toepassing van artikel 23, paragraaf 2, 3^e, b, beperken de bepalingen van deze Overeenkomst op generlei wijze de tegemoetkomingen die de wetgeving van een overeenkomstsluitende Staat toekent inzake de in artikel 2 bedoelde belastingen.

2. Generlei bepaling van deze Overeenkomst kan dusdanig uitwerking hebben dat de belastingheffing beperkt wordt van een vennootschap die, verblijfhouder is van België, in geval van inkoop van haar eigen aandelen of delen of naar aanleiding van de verdeling van haar maatschappelijk vermogen.

3. De bepalingen van deze Overeenkomst tasten in geen enkel opzicht de fiscale voorrechten aan die leden van diplomatieke zendingen of consulaire posten ontleenen aan de algemene regelen van het volkenrecht of aan de bepalingen van bijzondere akkoorden.

4. Voor de toepassing van deze Overeenkomst worden de leden van een diplomatieke zending of een consulaire post van een overeenkomstsluitende Staat die in de andere overeenkomstsluitende Staat of in een derde Staat geaccrediteerd zijn en die de nationaliteit van de zendstaat

bezitten, geacht verblijfhouder van die Staat te zijn indien zij aldaar, op het stuk van belastingen naar het inkomen, aan dezelfde verplichtingen onderworpen zijn als de verblijfhouders van die Staat.

5. De Overeenkomst is niet van toepassing op internationale organisaties, hun organen en ambtenaren, noch op personen die als leden van diplomatieke of consulaire zendingen van derde Staten in een overeenkomstsluitende Staat aanwezig zijn en op het stuk van belastingen naar het inkomen in de ene of in de andere overeenkomstsluitende Staat niet als verblijfhouders worden behandeld.

6. De Ministers van Financiën van de overeenkomstsluitende Staten of hun vertegenwoordigers stellen zich rechtstreeks met elkander in verbinding voor de toepassing van deze Overeenkomst.

ARTIKEL 28

INWERKINGSTREDING

1. Deze Overeenkomst zal worden bekrachtigd en de bekrachtigingsoorkonden zullen zo spoedig mogelijk te Brussel worden uitgewisseld.

2. Deze Overeenkomst zal in werking treden op de dertigste dag die volgt op de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden en de bepalingen ervan zullen voor de eerste maal toepassing vinden :

- a) op de bij de bron geheven belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet vanaf de eerste januari van het jaar dat onmiddellijk volgt op de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden;
- b) op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken die vanaf 31 december van het jaar van de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden eindigen.

ARTIKEL 29

OPZEGGING

Deze Overeenkomst zal voor onbepaalde tijd in werking

blijven. Elke Staat kan haar evenwel door middel van een schriftelijke vooropzeg van zes maanden en langs diplomatieke weg opzeggen voor het einde van enig kalenderjaar, vanaf het derde jaar te rekenen van de datum van haar inwerkingtreding.

In dat geval zal de Overeenkomst voor de laatste maal van toepassing zijn :

- a) op de bij de bron geheven belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet vóór het verstrijken van het kalenderjaar waarin de opzegging is gedaan;
- b) op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken die vóór 31 december van dat jaar eindigen.

TEN BLIJKE WAARVAN de Gevolmachtigden van beide Staten deze Overeenkomst hebben ondertekend en daaraan hun zegel hebben gehecht.

GEDAAN te BRASILIA op 23 Juni 1972, in tweevoud, in de Nederlandse, de Franse en de Portugese taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek.

VOOR HET KONINKRIJK BELGIE

VOOR DE FEDERATIEVE REPUBLIEK BRAZILIE

Robert de la Muer

Fred Selja

SLOTPROTOCOOL

Bij de ondertekening van de Overeenkomst tot het vermijden van dubbele belasting en tot regeling van sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen, heden tussen de Federatieve Republiek Brazilië en het Koninkrijk België gesloten, zijn de ondergetekende Gevolmachtigden overeengekomen, dat de volgende bepalingen een integrerend deel van die Overeenkomst zullen uitmaken.

1. Ad Artikel 10, paragrafen 2 en 5

Onverminderd de toepassing van artikel 10, paragraaf 2 en 5, mag, indien een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, winsten of inkomsten uit de andere overeenkomstsluitende Staat verkrijgt, die andere Staat geen belasting heffen van de dividenden door die vennootschap betaald aan personen die geen verblijfhouder van die andere Staat zijn, noch de niet-uitgedeelde winsten van de vennootschap onderwerpen aan een belasting op niet-uitgedeelde winsten, zelfs indien de betaalde dividenden of de niet-uitgedeelde winsten geheel of gedeeltelijk bestaan uit winsten of inkomsten die uit de andere Staat afkomstig zijn.

2. Ad Artikel 13, paragraaf 3 en Artikel 14, paragraaf 1

Ingeval Brazilië na de ondertekening van deze Overeenkomst met een niet in Latijns-America gelegen derde Staat een overeenkomst zou sluiten die - voor de in artikel 13, paragraaf 3 en 14, paragraaf 1, bedoelde inkomsten - het recht van belastingheffing beperkt van de andere overeenkomstsluitende Staat dan die waarvan de genietter van de inkomsten een verblijfhouder is, zal een soortgelijke beperking automatisch worden toegepast in de verhoudingen tussen Brazilië en België.

3. Ad Artikel 24, paragraaf 4

Ingeval Brazilië na de ondertekening van de Overeenkomst zou aanvaarden dat royalty's betaald door een vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië aan een vennootschap die verblijfhouder is van een niet Latijns-Amerika gelegen derde Staat en een deelneming van ten minsten 50 t.h. van het kapitaal van de gezegde vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië heeft, afgetrokken worden bij het bepalen van de in Brazilië belastbare winst van deze vennootschap, zou een soortgelijke

aftrek automatisch worden toegepast in de verhoudingen tussen een vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië en een vennootschap die verblijfhouder is van België en zich in dezelfde toestand bevindt.

4. Ad Artikel 24

Deze bepaling belet België niet:

- a) de verblijfhouder van Brazilië die in België over een woning beschikt te belasten op een minimuminkomen dat gelijk is aan tweemaal het kadastraal inkomen van die woning;
- b) de winsten die kunnen worden toegerekend aan de vaste inrichting waarover een vennootschap die verblijfhouder is van Brazilië of een vereniging van personen die haar plaats van werkelijke leiding in die Staat heeft, in België beschikt, gezamenlijk aan de belasting te onderwerpen tegen het tarief dat door de Belgische wetgeving is bepaald, op voorwaarde dat dit tarief in hoofdzaak niet hoger is dan het hoogste tarief dat van toepassing is op het geheel of op enig deel van de winsten van vennootschappen die verblijfhouder zijn van België.

Rechtspraak de (L).Hie

